

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

“UM HOMEM PRA CHAMAR DE PAI”

**As Concepções de Paternidade de Meninos Afastados de suas Famílias e
Colocados em Regime de Abrigo**

Mestranda: Ângela Maria Hoepfner

Orientadora: Prof^ª Dr^a. Maria Juracy Filgueiras Toneli

Linha de Pesquisa:

Práticas Sociais e Constituição do Sujeito

Florianópolis, fevereiro de 2004.

Ângela Maria Hoepfner

“UM HOMEM PRA CHAMAR DE PAI”

As Concepções de Paternidade de Meninos

Afastados de suas Famílias e Colocados em Regime de Abrigo

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, sob a orientação
da Prof^a. Dr^a. Maria Juracy FilgueirasToneli.

Florianópolis, fevereiro de 2004.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Juracy Filgueiras Toneli (orientadora)

Marlene Tamanini (UNISUL)

Maria Aparecida Crepaldi (UFSC)

Andréa V. Zanella (suplente) (UFSC)

*A três homens que,
honrosamente podem ser chamados de pai:*

*Ao saudoso vovô Leopoldo,
pai de meu pai e um homem além de seu tempo;*

*Ao meu notável pai, Lenine, um modelo de pai muito além da
tradição de sua época;*

*Ao meu companheiro querido, Clóvis, um pai modelo para nossas
filhas em seu tempo e em sua época.*

Agradecimentos

À Professora Dr^a Maria Juracy Filgueiras Toneli pela sua doçura, paciência, presença, disponibilidade de seu conhecimento e respeito ao meu tempo e ritmo de trabalho.

Ao companheiro de todas as horas, Clóvis, que aceitou ficar sem minha companhia, me incentivando a buscar aquilo em que acreditava.

À minha filha Lígia que compreendeu minha ausência em casa, justamente quando voltava de sua pós-graduação em São Paulo e pela ajuda no "garimpo" de informações em bancos de dados na internet.

Às minhas filhas Helena e Laura, que me acolheram em Florianópolis, compartilhando comigo seu íntimo espaço de estudante.

Aos meus pais, Lenine e Elisabeth (in memoriam) pelo incentivo recebido e admiração que sempre revelaram ter.

Às minhas irmãs Carmem Lúcia, Elisabeth e Norma pelas palavras de força.

À grande amiga Isabel Cristina Hierro Parolin, pelo exemplo de mulher guerreira, amiga doce e profissional íntegra.

À professora da graduação e hoje amiga, Prof^a Dr^a Roselane Campos, toda a minha admiração pelo seu exemplo, gosto pela ciência e incentivo. Sinto-me honrada pela sua disponibilidade em conversas e dicas.

À amiga Marisa Paim que na hora certa surgiu com sua confiança, meiguice e carinho.

À delicada e gentil amiga Gisele Fontenele pela ajuda nas traduções de valiosos textos em inglês.

À querida Neiva, minha companheira de digitação há quinze anos.

À amiga e colega da pós-graduação, Mônica Gonçalves que sempre que procurei, lá estava.

Aos demais colegas da pós-graduação pela alegria e companheirismo.

Ao Departamento de Pós-Graduação, em especial Janete e Cristiano.

Aos meninos entrevistados que com tão boa vontade se dispuseram a contar suas histórias tão difíceis.

O que nunca vou fazer pra um filho

Depoimento de “Adalberto”
(Um menino de 17 anos)

“Nunca um pai pode pegar e espancar um filho!”.

Isso, eu acho o maior erro do mundo...

Pega o filho, joga na cama e...

...bate...bate...bate...

Fala pro filho que não vai ser nada da vida...

Isso é o maior erro de um pai!

Fala pro filho que ele é um bagaço...

Diz pro filho:

- “Tu não vai ser nada...tu é um pé esquerdo...

- Tu, quando crescer, vai ser um “mendingo” como estes aí”...

Muito errado falar isso!

Porque o filho vai levar isto na mente a vida toda...

Quando ele crescer ele vai chegar pro pai e vai falar:

Oh! Pai! Como você falou que eu era um “mendingo”,

Que eu ia ser um pé esquerdo,

Que eu ia ser isso, que eu ia ser maconheiro, como esse povo,

Quero que você veja que eu não sou isso!

Que quando quero uma coisa eu vou atrás!

Quando eu quero um objetivo eu vou atrás!

Isso que você me fez,

É a coisa mais errada que se pode fazer pra um filho!

Pai!

Isso eu não concordo com o senhor!”

Resumo

A importância da figura do pai nos tradicionais estudos sobre o desenvolvimento infantil e do adolescente tem sido em relação à autoridade e limites, nos processos de constituição do sujeito, visto como uma figura que ocupa um lugar secundário na formação de seus filhos. Na perspectiva histórico-cultural em psicologia o homem é visto como produto e produtor da realidade e da história através de sua ação no mundo, sendo que este processo se dá através da mediação de instrumentos e signos. As relações que uma criança estabelece no/com o mundo são inicialmente mediatizadas por seus adultos, sejam eles do sexo feminino ou do sexo masculino. O modelo de pai presente no ideário coletivo da atualidade é o modelo das classes dominantes, isto é, o pai provedor e protetor da tradicional família burguesa. Esta pesquisa teve a intenção de investigar como é que meninos idealizam-se como pais, partindo de dois pressupostos: 1 – tanto a figura materna como a figura paterna, podem ocupar lugares semelhantes nas experiências da criança com o mundo como mediadores, independente do sexo ao qual pertencem: 2 – a internalização de concepções/papéis/modelos de ser homem/pai para meninos/adolescentes está relacionada com experiências vividas com outros homens, além do próprio pai, na vida cotidiana. Foram entrevistados seis meninos/adolescentes afastados de suas famílias, oriundos das camadas populares, com idades entre 12 e 17 anos e em regime de abrigo no município de Joinville. A coleta de dados deu-se através de entrevista semi-estruturada e de um “grupo focal”, com o objetivo de buscar os depoimentos dos sujeitos da pesquisa em relação à suas experiências com o pai biológico e/ou substituto e um outro homem que pode ser chamado de pai. Constatou-se que os lugares ocupados por figuras do sexo masculino por homens que desempenham atividades relacionadas ao papel de pai no cotidiano de meninos afastados de suas famílias e colocados em regime de abrigo, podem ser significativos para a internalização de concepções/papéis/modelos de paternidade.

Abstract

The importance of the father figure in the traditional studies about child and teenage development has been seen, in the processes of constitution of the individual, as a figure that occupies a secondary place in bringing up his children, regarding authority and limits. In the historical cultural perspective in psychology, man is seen as a product and a producer of reality and history through his action in the world, considering that this process happens through the mediation of instruments and signs. The relationships that a child establishes in the world are initially mediated by its adults, whether they belong to the male or female sex. The father role model present in the collective imagery nowadays is the model of the dominant classes; that is, the providing and protector father of the bourgeois traditional family. The aim of this research was to investigate how boys idealized themselves as fathers, presuming the following: 1 - both the mother figure and the father figure can occupy similar places as mediators in a child's experiences within the world, regardless of the gender to which they belong; 2 – the internalization of conceptions/ roles/ models about how to be a man/ father for boys/teenagers can be related to past experiences with other men, besides their own father, in daily life. Six boys/teenagers of about 12 to 17 years old, who had been estranged from their families, belonged to the lower class and lived in shelters in the city of Joinville were interviewed. The collection of data was carried out through a semi-structured interview and a “focal group”, with the purpose of listening to the research individuals' statements regarding their experience with their biological and/or substitute father and another man that could be called father. It has been noticed that both the mother figure and the father figure can occupy similar places as mediators in a child's experiences within the world, regardless of the gender to which they belong; and the internalization of conceptions/ roles/ models about how to be a man/ father for boys/teenagers can be related to past experiences with other men, besides their own father, in daily life, with men that carry out activities related to that role.

Sumário

Resumo	7
Abstract	8
Introdução	10
Capítulo 1 – Construindo um Pensamento	20
A Perspectiva Histórico-cultural de Vygotsky	20
A Vida Cotidiana de Agnes Heller	28
As Infâncias e as Adolescências	30
O Processo histórico da institucionalização de crianças	34
Os cuidados com a criança no Brasil e a Política de Direitos	39
Questões de Gênero	46
As Famílias	46
As Masculinidades	50
As Paternidades	52
Capítulo 2 – Contextualizando a Pesquisa	60
Os lugares, os sujeitos e suas histórias	60
Descrevendo a metodologia	66
Capítulo 3 – As Concepções de Paternidade	70
A Paternidade Tradicional	74
O “homem prenecedor”	75
O “homem provedor” e “protetor”	77
A Paternidade em Transição: o “homem educador”	88
As Novas Paternidades: o “homem cuidador” e o “homem doméstico”	94
“Um Homem Pra Chamar de Pai”: a experiência vivida e a paternidade idealizada	105
Considerações Finais	110
Referencial Bibliográfico	120
Anexos	125

Introdução

Com o capitalismo em suas versões mais contemporâneas, pode-se identificar o acirramento do processo de empobrecimento geral da população, drasticamente atingida em múltiplos aspectos. Dentre eles, destaca-se o índice crescente de desemprego em escala mundial que, por sua vez, tem gerado a desagregação do grupo familiar, provocando fenômenos como a violência doméstica, a negligência e o abandono. Trata-se de um processo complexo, multifacetado, multideterminado que engendra a exclusão de enormes contingentes da população no que diz respeito aos direitos civis que o exercício da cidadania contempla.

A economia mundial, organizada pelo modo de produção capitalista, tem como princípio o funcionamento da sociedade e do processo econômico internacional através do sistema de acumulação de capital. “É o lucro que determina o desenvolvimento econômico, aproveitando-se de posições desiguais das relações de produção” (Rosa, 2003, 167).

Através desta forma de reger a sociedade conforme descreve Rosa (2003, p. 167) surgem fenômenos caracterizados pela existência de uma divisão marcante entre uma relativamente pequena faixa populacional rica que tem acesso a muitos benefícios sociais e tecnológicos e a maior parte da população mundial, que vive à beira da miséria, sem qualquer direito ou participação nos benefícios sociais.

Desta forma a exclusão passa a ser produzida nos mais diversos âmbitos. “Excluir, deixar alguns de fora, faz parte de uma forma de pensar a política, a economia, a própria

sociedade. Isto significa que a exclusão está associada a um modelo de desenvolvimento” (Rosa, 2003, p. 167).

Neste contexto, há famílias que, na busca da sobrevivência, criam estratégias iniciadas muitas vezes em atividades consideradas marginais, como o trabalho informal e a mendicância, bem como em atividades consideradas ilegais, como a prostituição e a prática de furtos. Tais situações configuram o quadro dramático da pobreza, degradação social e desrespeito aos direitos sociais, derivados da má distribuição de renda e da ineficácia das políticas sociais públicas.

O processo de exclusão não pode ser compreendido sem a relação dialética com o processo de inclusão social. São processos distintos, mas pertencentes a uma mesma ordem que acontece simultaneamente, isto é, a inclusão de alguns grupos em determinadas categorias só tem sentido pela exclusão de outros em relação a esta mesma categoria. Por outro lado, a sustentação da condição de exclusão depende do sentimento de inclusão social.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão [...]. A exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações como os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema (Sawaia, 1999, p. 8-9).

Numa sociedade desigual como a nossa a situação de pobreza, miséria e violência social atinge drasticamente crianças e adolescentes, que deixam de ter seus direitos

protegidos e assegurados, sendo que muitos deles acabam encontrando na rua seu espaço de construção e de vida.

Dados do IBGE (2000) indicam que 2,3 milhões de crianças brasileiras de 0 a 06 anos vivem em situação de pobreza em famílias de em média quatro pessoas, cuja renda não ultrapassa dois salários mínimos. É uma realidade onde fica impossibilitado, por parte dos grupos familiares, o atendimento das necessidades básicas de suas crianças e adolescentes, onde muitas vezes a violência e o abandono passam a fazer parte de seu cotidiano comprometendo e precarizando ainda mais as relações.

Sendo assim, o número de crianças e adolescentes que vivem no chamado processo de triangulação casa/rua/instituição fica cada vez maior e neste “vai e vem” os vínculos familiares reconfiguram seus significados, provocando um total “descolamento” de suas raízes da família e da comunidade. Ao serem encaminhados para uma instituição, passam a viver afastados dos valores e práticas do seu grupo social.

Ao trabalhar, entre os anos de 2000 e 2002, com crianças e adolescentes em regime de abrigo¹ em uma instituição da Prefeitura Municipal de Joinville, como parte da equipe técnica que prestava atendimento ao Programa de Assessoria aos Abrigos da Secretaria do Bem Estar Social, além de ser professora da disciplina de Psicologia Social e Comunitária no curso de Psicologia na mesma cidade, surgiu o interesse em pesquisar questões de gênero e masculinidade(s)². Como a maioria dos abrigados era uma população de meninos, surgiu a curiosidade em descobrir o que estes pensavam sobre suas histórias, suas famílias,

¹ O abrigamento é um conceito novo que aparece a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Tem como foco crianças e/ou adolescentes cujo retorno à família esteja impossibilitado pela falta de condições básicas dos pais ou responsáveis para suprirem sua subsistência.

² Segundo Conell (1997), a masculinidade “só existe em contraste com a feminilidade” e a (s) masculinidade (s) são “construídas socialmente, num processo histórico, mutável e relacional” (Garcia, 1998, p. 36). Neste sentido, adota-se aqui a definição do gênero formulada por Scott (apud Heilborn, 1998), ou seja, gênero é a organização social das diferenças percebidas entre os sexos, marcada por relações de poder.

seus pais e sobre a vontade de um dia terem filhos. A partir disto foram suscitados outros questionamentos: Como imaginariam que seriam como pais? O que achariam necessário um homem ter/fazer para ser considerado um “verdadeiro”³ pai?

Na perspectiva histórico-cultural em psicologia, a partir dos estudos de Vygotsky, o desenvolvimento humano não se dá de forma linear. Sua visão é de que ocorrem, ao longo de toda vida, processos complexos de transformações que são dinâmicas, descontínuas e mutáveis, que superam a noção de lentas acumulações de mudanças unitárias.

Incorporando a dialética marxista como base de sua teoria, parte do materialismo histórico para compreender o homem como sujeito. Amplia a concepção estática e unilateral do determinismo social, concebendo o movimento permanente da relação do homem com o mundo material pela mediação dos significados construídos nessa relação. O homem é concebido como síntese de múltiplas determinações, cuja subjetividade é construída material e historicamente. Trata-se de ir além da noção de mera influência dos aspectos sociais no processo psicológico de cada ser humano, mas de conceber a constituição do sujeito sempre sob determinadas condições sociais, portanto materiais, e sempre como resultado da atividade de gerações anteriores, portanto histórico (Teixeira, 2003, p.106).

A partir disto, pode-se dizer que as relações que uma criança/adolescente estabelece no/com o mundo são inicialmente mediatizadas por seus adultos, sejam eles do sexo feminino ou do sexo masculino.

Os tradicionais estudos sobre o desenvolvimento infantil e do adolescente que abordam a figura do pai, têm focado a importância deste em relação à autoridade e limites

³ O termo “verdadeiro” é utilizado aqui como ênfase positiva na figura paterna na vida de um adolescente e trata-se de uma categoria êmica enunciada pelos próprios adolescentes.

nos processos de constituição do sujeito, isto é, as contribuições do pai são consideradas como vindas posteriormente às da mãe, como uma figura que ocupa um lugar secundário na formação de seus filhos, como aquele que legitima a autoridade da mãe. O foco das discussões tem sido o papel do pai na família e a importância/consequências de sua presença/ausência. Este é um modelo de pai ainda presente no ideário coletivo da atualidade, o modelo das classes dominantes, isto é, o pai provedor e protetor da tradicional família burguesa.

Esta concepção não condiz com a realidade encontrada nas camadas populares, onde de acordo com dados do IBGE (2000), uma em cada quatro famílias no Brasil é chefiada e sustentada por mulheres. Este dado pode ser um indicativo de como os homens têm estado fora do processo de crescimento e desenvolvimento de seus filhos, com as mulheres ocupando também o lugar de referencial de autoridade em suas famílias, outorgado tradicionalmente aos homens. Estes vivenciam um processo que implica numa dupla perspectiva: ser excluído/excluir-se na/pela comunidade assim como pela sociedade em geral.

Os homens são os que mais têm sido atingidos pelo processo de desemprego, onde a escassez de oferta de trabalho tem gerado um mercado informal paralelo, mais direcionado às mulheres, ou seja, para atividades caracterizadas como domésticas.

Apesar das conquistas dos movimentos de mulheres e de toda uma variedade de importantes transformações no campo da sexualidade e reprodução, ainda hoje se reproduz nas relações de gênero e familiares, uma delimitação clara de papéis e modelos. Ao homem provedor financeiro corresponde uma mulher naturalmente afetiva e *maternal*. Assim, a constatação de que, no Brasil, ainda predominam as máximas o *filho* é da mãe e o pai abre a carteira, pode ser atestada pelos intentos

que empreendemos para encontrar dados demográficos sobre o pai da criança brasileira (Lyra, 2000. p. 145).

Nos estudos sobre a paternidade na adolescência Medrado & Lyra (1999) apontam que em os dados sobre os jovens pais são difíceis de serem obtidos, pois os estudos focalizam o papel da mãe. Por outro lado eles relatam que

O lugar do homem, particularmente na família, anteriormente negligenciado, tem emergido nas agendas das instituições internacionais e nacionais que propõem e implementam políticas públicas, como uma forma de promover a equidade de gênero. No plano dos valores, o princípio de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres vem sendo discutido não apenas no que diz respeito à *cidadania pública*, mas também à *cidadania privada*. À maior participação das mulheres na vida pública (mercado de trabalho, organizações políticas e sindicais, usufruto de benefícios e recursos econômicos) deve corresponder à maior participação dos homens na vida privada: responsabilidade pela vida sexual e reprodutiva, criação dos filhos, partilha das atividades domésticas (Medrado & Lyra, 1999, p. 239).

É possível visualizar no quadro abaixo como se encontram, de um modo geral, os atuais estudos sobre a paternidade, apresentados em ordem decrescente por quantidade de produções encontradas, de acordo com minuciosa pesquisa realizada por Gonçalves (2002) em 264 trabalhos que versam sobre este tema. Foram localizados em periódicos e dissertações/teses nacionais e internacionais em Psicologia e Direito, na Biblioteca da UFSC; em bases de dados (Sociological Abstracts, PsycInfo, IBICT), e bibliotecas virtuais (PUC/SP, FLACSO e BIREME) dos últimos 24 anos:

SUBTEMÁTICA	QUANTIDADE
Discussões sobre as “novas paternidades”	55
O papel do pai na família e no desenvolvimento dos filhos	49
Período de gestação e o primeiro ano de vida do bebê	29
Pais sem a guarda dos filhos	29
Paternidade e divórcio	23
Pais com a guarda dos filhos	23
Paternidade na adolescência	22
Saúde e Direitos Reprodutivos	11
Paternidade e trabalho	06
Sexualidade	05
Feminismo e paternidade	04
Pais homossexuais e seus filhos	03
Pais e a Escola	03
Paternidade e violência	03
Total	264

Quadro 01: Apresentação de como se encontram os estudos sobre a paternidade (Gonçalves, 2002).

A maioria dos trabalhos pesquisados encontram-se nas chamadas “novas formas de paternidade”, onde é possível identificar “uma tendência à elaboração de um resgate histórico do papel do pai que serve de suporte para a análise das atuais práticas cotidianas dos homens/pais” (Gonçalves, 2002, p. 20).

Dentre estes são encontrados temas que abordam a participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar nas organizações familiares, com a presença do pai e da mãe como os trabalhos de Nolasco (1995), Resende e Alonso (1995), Lamb (1997), Siqueira (1997), Fuller (1998), Trindade (1998), Hurstel (1999) e Medrado (1998).

Em segundo lugar estão trabalhos que discutem o papel do pai na família e no desenvolvimento dos filhos, com discussões sobre a importância de sua presença e as consequências de sua ausência, tanto física como emocional.

Na sequência encontram-se os trabalhos que tratam da transição para a paternidade nos homens, onde são abordados seus medos, conflitos e fantasias em relação ao primeiro ano de vida do bebê, do cuidado dos filhos no caso de uma separação ou divórcio e da guarda dos filhos assumida pelos homens/pais como nos trabalhos de Souza (1994), Unbehaum (2000) e Gonçalves (2002).

A paternidade na adolescência aparece nos estudos de saúde reprodutiva como um tema bastante pesquisado. Diversos estudiosos, entre eles Viveros (1998), Lyra da Fonseca (1998), Medrado & Lyra (1999), Arilha (1999) e Villa (1999) têm realizado estudos sobre concepção e contracepção, enquanto Infesta Dominguez (1998) tem analisado as representações de meninos adolescentes frente a uma gravidez indesejada e o aborto. Além destas temáticas há a presença de outras, como a paternidade e trabalho, a sexualidade, as relações com a escola e a violência paterna.

Todos os estudos que envolvem a paternidade na adolescência relatam que a experiência masculina da paternidade adolescente tem sido pouco explorada. Na consulta a trabalhos indexados nas bibliotecas virtuais da UFSC, USP, PUC/SP, FLACSO (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais) e BIREME e bases de dados como Lilacs, Scielo, Ovid, Sociological Abstracts, PsycINFO (American Psychology Association), IBICT e teses/dissertações nacionais e internacionais não foram encontrados trabalhos que tratem da questão de como meninos/adolescentes se *idealizam* no exercício da paternidade.

Nesta investigação teve-se como pressupostos: 1 – tanto a figura materna como a figura paterna, podem ocupar lugares semelhantes nas experiências da criança com o

mundo, como mediadores⁴, independente do sexo ao qual pertencem; 2 – a internalização de concepções/papéis/modelos de ser homem/pai para meninos/adolescentes pode estar relacionada com experiências vividas com outros homens, além do próprio pai, na vida cotidiana.

Entendendo-se que as significações são produzidas num contexto histórico e cultural, são apropriadas por homens e mulheres através de suas experiências que reproduzem/transformam estas significações, a constituição do sujeito se dá, na maior parte das vezes em nossa cultura, através da convivência familiar⁵. Esta é de fundamental importância, como também é base para a formação de modelos de papéis parentais, onde homens e mulheres constroem inicialmente seus modelos para a vida adulta.

Sendo assim, teve-se como objetivo principal investigar, através das falas masculinas, as concepções de paternidade elaboradas por meninos que se encontravam afastados de suas famílias e colocados em regime de abrigo, com o propósito, no âmbito da pesquisa, de:

- Comparar a experiência cotidiana vivenciada com o próprio pai e/ou substituto e o pai que quer ser, presentes no discurso dos sujeitos;
- Identificar quais os elementos que contribuíram, no percurso individual dos sujeitos, para que fosse possível a construção de tais concepções;
- Verificar o padrão social em que está ancorada a elaboração de paternidade do pai formulado.

⁴ De acordo com a teoria de Vygotsky “a mediação, em termos genéricos, é compreendida como um processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser **direta** e passa a ser **mediada** por esse elemento”. (Oliveira, 1997, p. 26).

⁵ O grupo familiar é entendido aqui como grupo organizado no qual o sujeito estabelece suas primeiras relações de socialização.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos: inicialmente encontra-se o referencial teórico, apresentando a perspectiva histórico-cultural em psicologia com uma incursão em questões referentes às infâncias/adolescências construídas no Brasil e o surgimento de uma política de direitos, assim como em estudos de gênero, família, masculinidades e paternidades. No segundo capítulo, está a contextualização da investigação, subdividida em duas partes: na primeira apresenta-se a cidade, os sujeitos entrevistados e suas histórias e, na segunda, a descrição da metodologia utilizada na investigação e na análise do material obtido. No terceiro capítulo encontra-se a apresentação e discussão dos resultados sobre as concepções de paternidade dos meninos/adolescentes. E por último, encontram-se as considerações finais onde se tenta responder as questões de pesquisa, com plena clareza de que o tema é complexo e inesgotável.

Capítulo 1

Construindo um Pensamento

Com a intenção de melhor compreender como se dá o processo de constituição do sujeito na vida cotidiana, em uma sociedade regida pela lógica capitalista, como a nossa, pensadores como Vygotsky (1896 – 1934) e Agnes Heller (1929 –) serviram de pilares para a construção dos subsídios teóricos desta investigação.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky

Vygotsky, inaugurou no início do século XX, a partir do materialismo histórico e dialético, uma forma de pensar o homem na psicologia através de uma perspectiva histórico-cultural que parte do princípio de que ao produzir o meio em que vive, o homem se produz. Ele considera que desenvolvimento e aprendizagem se relacionam desde o nascimento da criança, isto é, “a constituição do sujeito resulta de um movimento dialético entre aprendizagem e desenvolvimento, movimento em que um pressupõe o outro ao mesmo tempo em que o nega” (Zanella, 2001, 93).

O aprender, na perspectiva histórico-cultural, consiste na apropriação da cultura, sendo esta compreendida como “a ordem simbólica por cujo intermédio homens determinados exprimem de maneira determinada suas relações com a natureza, entre si e

com o poder, bem como a maneira pela qual interpretam essas relações” (Chauí, 1993, p. 45).

Assim, o homem é um ser histórico e socialmente constituído: é produzido e produz a realidade e a história através de sua ação no mundo; sua ação é mediatizada pelo uso de instrumentos e signos; a mediação semiótica é fundamental no seu processo de individuação/singularização e a linguagem, como produção humana (mediação semiótica por excelência), possui um caráter social e histórico.

Enquanto os instrumentos são elementos externos ao indivíduo, os signos denominados por Vygotsky de “instrumentos psicológicos” são orientados para dentro deste. São ferramentas que auxiliam diretamente nos processos psicológicos e não nas ações concretas, como os instrumentos, sendo que quem fornece as formas de perceber, pensar e organizar o mundo real, é o grupo cultural onde o indivíduo se desenvolve. Eles fazem a mediação entre a realidade circundante e o indivíduo como “lentes”, através das quais é possível ver, compreender o mundo e agir sobre ele, na interação “face a face” de maneira particular.

Ao longo de toda a obra de Vygotsky pode-se constatar a presença destes postulados que embasam a compreensão de sua teoria. Há uma integração entre o caráter biológico e o social, isto é, a criança ao nascer não tem presentes as características tipicamente humanas, assim como estas também não são somente o resultado das pressões do meio externo.

Elas resultam da *interação dialética* do homem e seu meio sócio-cultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo. Pode-se notar, neste princípio, a integração dos aspectos biológicos e sociais do indivíduo: as funções psicológicas superiores do ser humano surgem da interação dos fatores biológicos, que são parte

da constituição física do *Homo sapiens*, com os fatores culturais, que evoluíram através das dezenas de milhares de anos de história humana (Rego, 1995, p. 41).

As funções psicológicas superiores, características tipicamente humanas, não são um dado *a priori*, se originaram a partir das relações do indivíduo com/no seu contexto cultural e social através dos tempos. São mutáveis, individuais, ativas e dependem do desenvolvimento histórico e das formas sociais da vida cotidiana. Seu desenvolvimento se deu através de um processo de transposição do plano social ou interpsicológico, ao plano pessoal ou intrapsicológico, tendo a cultura como um elemento constitutivo e organizador de acordo com os modos historicamente determinados.

O cérebro, como base biológica do funcionamento da atividade mental humana e produto de uma longa evolução, é o principal órgão das funções psicológicas e o substrato material da atividade psíquica que cada membro da espécie traz consigo ao nascer. É entendido como “um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual” (Oliveira, 1997, p. 24).

Com isto pode-se afirmar que o funcionamento psicológico se constitui a partir da relação na/com a vida social, com o desenvolvimento do psiquismo humano mais sofisticado fundamentando-se no mundo exterior como um produto da cultura, num processo histórico a partir das interações do humano com o humano. Sendo assim, a relação homem/mundo é uma relação mediada por instrumentos técnicos e sistemas simbólicos construídos pelo próprio homem. “O principal fator de desenvolvimento, portanto, consiste na apropriação, pelo sujeito, de novas formas de mediação” (Zanella, 2001, p. 95).

A mediação é então um dos postulados básicos na teoria de Vygotsky. Ela diz “respeito ao processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação, pois o simples encontro de dois indivíduos não é suficiente para constituir uma relação social, sendo necessária a mediação da sociedade que atribui significação às respectivas ‘posições de sujeito’ da relação. Toda relação entre dois elementos (x, y) pressupõe um terceiro (z) que é a significação ou razão da relação” (Pino, 1996, p. 25)

Através dessas mediações os seres humanos vão gradativamente se apropriando dos modos de funcionamento psicológico, do comportamento de acordo com sua comunidade e da cultura do grupo ao qual estão inseridos. O indivíduo estabelece interações com as pessoas de sua convivência e estas exercem um papel fundamental no seu desenvolvimento, “pois é a partir da apropriação das significações socialmente produzidas que as funções psicológicas se constituem, o que vem a ressaltar a gênese social da consciência humana defendida por Vygotsky” (Zanella, 2001, p. 96).

Nesta perspectiva o desenvolvimento humano é compreendido em dois níveis: o primeiro é aquele caracterizado por atividades que a criança consegue resolver completamente sozinha e o segundo é o que

compreende o conjunto de atividades que a criança não consegue realizar sozinha mas que, com a ajuda de alguém que lhe dê algumas orientações adequadas (um adulto ou outra criança mais experiente), ela consegue resolver. Para Vygotsky esse nível é muito mais indicativo do desenvolvimento da criança que o anterior, pois este último refere-se a ciclos de desenvolvimento já completos, é fato passado, enquanto o segundo nível de desenvolvimento indica o desenvolvimento prospectivamente, refere-se ao futuro da criança (Zanella, 2001, p. 97).

Com a constatação de um segundo nível de desenvolvimento surge o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal que compreende a “região dinâmica que permite a transição do funcionamento interpsicológico para o funcionamento intrapsicológico, pois segundo Vygotsky, todas as funções psicológicas superiores resultam da reconstrução pelo sujeito de uma atividade social, partilhada” (Zanella, 2001, p. 97).

Através da atividade social partilhada a criança pode “copiar” o jeito daqueles que estão a sua volta, pode imitar. O papel da imitação em atividades como o jogo e o brinquedo permitem a presença da fantasia, da imaginação, possibilitando a transformação das relações sociais. É dessa forma que a criança pode se apropriar de seu próprio lugar social, assim como daquele das pessoas com quem convive.

É através da relação interpessoal concreta com outros homens que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico. Portanto, a interação social, seja diretamente com outros membros da cultura, seja através dos diversos elementos do ambiente culturalmente estruturado, fornece a matéria-prima para o desenvolvimento psicológico do indivíduo (Oliveira, 1997, p. 37).

Para Vygotsky “o sujeito menos experiente necessariamente aprende, seja na interação com um adulto, seja na interação com um parceiro mais experiente” (Zanella, 2001, p. 107). Com isto é possível afirmar que um adulto e/ou um parceiro mais experiente exercem importante papel no desenvolvimento tanto de crianças como de adolescentes, pois auxiliam na resolução de problemas que estes não conseguem por sua própria conta solucionar. É importante sinalizar, ainda, que questões como a competência e a confiança são apontados por Zanella (2001), neste processo, como dependentes, fundamentalmente, dos aspectos afetivos, cognitivos, sociais e econômicos.

Apesar de Vygotsky nunca ter especificado as modalidades de auxílio social que se deve dar às crianças ele menciona a colaboração e a orientação e o fornecimento de assistência às crianças via demonstração. O central para esse autor parecem ser as possibilidades intelectuais construídas e diretamente relacionadas a como as crianças interagem com outras em determinados contextos de solução de problemas. Destaca ainda, que as crianças internalizam e transformam a ajuda que recebem podendo, eventualmente, usá-las como guia para direcionar a solução subsequente de outros problemas (Zanella, 2001, p. 112).

Desta forma as transações sociais são o ponto central deste processo, onde os sujeitos encontram-se em/através de atividades colaborativas num contexto social específico, que podem propiciar o desenvolvimento de novas habilidades, atitudes, papéis, conceitos e concepções. Estes processos, quando internalizados, passam a ocorrer sem a intermediação de outras pessoas.

A invenção do uso de signos como meios auxiliares para solucionar um dado problema psicológico (lembrar, comparar coisas, relatar, escolher, etc.), é análoga à invenção e uso de instrumentos, só que agora no campo psicológico. O signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento de trabalho (Vygotsky 1991, p. 59).

Assim o ser humano é compreendido como possuindo a capacidade de lidar com representações que têm o poder de substituir o mundo real, o que possibilita construir relações mentais na ausência das coisas, imaginando e fazendo planos. Em cada aqui e agora, que estão permanentemente sobrepondo-se, o indivíduo tem a possibilidade de interagir no/com o mundo de acordo com o que internalizou no lá e então da vida cotidiana.

A partir disto é possível compreender as noções de significado e de sentido na obra de Vygotsky. A linguagem é um instrumento que se originou a partir da necessidade de cooperação entre os homens para a sua sobrevivência. É no significado que “se encontra a unidade das duas funções básicas da linguagem: o intercâmbio social e o pensamento generalizante” (Oliveira 1997, p. 48). O significado é compreendido como um processo que está permanentemente em transformação, sofrendo modificações, refinamentos e acréscimos ao longo da história dos grupos humanos através do intercâmbio com o mundo social e com o mundo físico, propiciando a mediação simbólica entre o indivíduo e o mundo real.

A idéia da transformação do significado das palavras está relacionada a um outro aspecto que é o sentido.

Vygotsky distingue dois componentes do significado da palavra: o significado propriamente dito e o “sentido”. O significado propriamente dito refere-se ao sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento da palavra, consistindo num núcleo relativamente estável de compreensão da palavra, compartilhado por todas as pessoas que a utilizam. O sentido, por sua vez refere-se ao significado da palavra para cada indivíduo, composto por relações que dizem respeito ao contexto de uso da palavra e às vivências efetivas do indivíduo (Oliveira, 1997, p. 50).

Para Lane (1992, p. 37-38) a significação está intimamente relacionada com a posição que o sujeito ocupa em uma determinada relação, de acordo com a posição de um outro sujeito. Ela descreve a compreensão que tem François Flahault sobre a análise mais

concreta das representações sociais⁶. Diz que ele parte da análise dos chamados “atos ilocutórios” que se constituem nas falas que caracterizam as posições ocupadas pelos interlocutores de forma explícita ou implícita em uma determinada relação. Os primeiros são as ordens, os pedidos, os enunciados que explicitamente a definem: um manda o outro obedece, um pede, o outro concede, enquanto que os atos ilocutórios implícitos só são compreendidos em relação às posições que os interlocutores ocupam ao mesmo tempo em que as definem.

Por sua vez Teixeira (2003, p. 106), ao descrever o homem como concebido por uma “síntese de múltiplas determinações” apresenta a categoria de *configuração*, referindo-se a uma denominação utilizada por Gonzáles Rey, como sendo a “unidade dinâmica sobre a qual se definem os diferentes sentidos subjetivos dos eventos sociais experienciados por cada pessoa. Uma construção teórica que busca explicar o movimento de apropriação do social no âmbito psicológico, concebida como uma unidade funcional do afetivo e cognitivo”.

A significação para Pino (1996, p. 25) diz respeito à posição que cada um ocupa na relação e esta depende da significação que tem para ele a posição do outro. “Pois toda posição social é o signo do que ele representa para um grupo cultural. Na relação entre pai e filho, a posição social de pai significa ao filho as funções ou papéis sociais da paternidade, em função do qual sua posição de filho significa-lhe as funções ou papéis da filiação, e vice-versa”.

Todos estes autores parecem referir-se a um mesmo processo: o da constituição do sujeito a partir de suas relações com o mundo, tendo como fator fundamental as posições

⁶ Conforme Lane (in Codo e Lane, 1992, p. 35), rede de relações que se estabelece para o indivíduo, a partir de sua situação social, entre significados e situações que lhe interessam para sua sobrevivência.

ocupadas por cada indivíduo, com sua visão de mundo particular e singular da/na vida cotidiana.

A vida cotidiana de Agnes Heller

Agnes Heller, estudiosa da teoria marxista, postula que os homens fazem a sua própria história e que esta é a substância da sociedade. Trata-se de um processo que acontece de acordo com condições previamente dadas na cotidianidade. Para ela a vida cotidiana é

a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico [...]. A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias (Heller, 2000, p. 17).

A autora aponta para duas características fundamentais da vida cotidiana: ao mesmo tempo em que é heterogênea, é hierárquica. A heterogeneidade se refere ao “fazer” humano, isto é, a partir da organização social em trabalho e vida privada, lazer e descanso, atividade social sistematizada, intercâmbio e purificação, enquanto que a hierarquia se refere ao movimento entre as esferas heterogêneas das estruturas econômico-sociais.

Para ela o ser humano ao nascer já está inserido em uma determinada sociedade/comunidade e por sua vez em sua cotidianidade. O seu amadurecimento implica em adquirir as habilidades que são imprescindíveis para a vida cotidiana em seu grupo/camada social. Afirma que é considerado adulto aquele que é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade e que ao dominar a manipulação das coisas as assimila.

A assimilação é a base para o amadurecimento do homem. É um processo que se dá sempre nos grupos, seja na família, na escola ou em pequenas comunidades, que desempenham o papel de mediadores através das relações entre o indivíduo e os costumes, normas, valores, ética e outras integrações maiores.

O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade (por exemplo, que deve levantar e agir por sua conta; ou o modo de cumprimentar, ou ainda como comportar-se em determinadas situações, etc.); mas não ingressa nas fileiras dos adultos, nem as normas assimiladas ganham ‘valor’, a não ser quando essas comunicam realmente ao indivíduo os valores das integrações maiores, quando o indivíduo – saindo do grupo (por exemplo, a família) – é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores (Heller, 2000, p. 19).

De acordo com a autora, a vida cotidiana está intimamente relacionada com a história, isto é, “é a verdadeira ‘essência’ da substancia social. [...] O que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas ‘em si” (Heller, 2000, p. 20).

A vida cotidiana é a vida do indivíduo e este é ao mesmo tempo um ser particular e um ser genérico,

já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais

um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, classe, nação, humanidade) – bem como, freqüentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (Heller, 2000, p. 21).

Portanto o homem é considerado como um ser inserido em uma totalidade maior que é aquilo que o caracteriza como fazendo parte da espécie humana, de uma determinada cultura, com suas normas, regras e valores, ao mesmo tempo em que é único enquanto pessoa, com sua própria identidade e personalidade, diferente dos demais.

As Infâncias e as Adolescências

De acordo com o exposto anteriormente, pode-se dizer que a criança ao nascer já está inserida em uma determinada sociedade/comunidade e por sua vez em sua cotidianidade. Seu desenvolvimento e amadurecimento implicam em adquirir as habilidades que são imprescindíveis para a vida cotidiana em seu grupo/camada social. À medida que vai crescendo, vai se desenvolvendo, passando por períodos do desenvolvimento conhecidos como infância e adolescência até chegar a vida adulta. Há um longo caminho a ser percorrido até que ela seja capaz de viver por si mesma a sua cotidianidade e dominar a manipulação das coisas.

A infância e a adolescência são períodos que ao longo da história ocidental, da humanidade, foram sendo construídos. Não são períodos naturais do desenvolvimento, mas antes representações enquanto fatos sociais do processo sócio-histórico do psiquismo humano. Conforme relata Ariès (1986), a criança foi retirada da sociedade dos adultos com

o surgimento da idéia moderna de infância que, por sua vez, se desenvolveu de forma assimétrica e descontínua em seu processo histórico. Na Idade Média era vista como um adulto em miniatura, convivendo com estes em todos os momentos. Foi sendo gradativamente afastada de seu convívio, perdendo a possibilidade de opinar sobre decisões que lhe diziam respeito, sendo excluída do processo de produção. O que lhe restou foi uma condição de mera consumidora de bens e idéias, produzidos exclusivamente pelos adultos. Tornou-se um ser cuja condição social foi rejeitada, um ser visto como dependente.

Por sua vez a adolescência também adquiriu configurações diferentes ao longo da história das civilizações.

Na sociedade tradicional, até o século XVIII, o indivíduo passava da condição de criança para adulto, sem passar pelas etapas consideradas, posteriormente, como adolescência. Este indivíduo crescia misturado aos adultos, aprendia sobre a vida e como se comportar socialmente, através do contato direto com eles. Apenas a partir do século XIX a adolescência passou a ser definida com características específicas, que a diferenciasssem da infância e da idade adult. (Teixeira, 2003, p.110).

De acordo com as idéias de Engels (1984), o Estado Moderno teve sua origem na necessidade de proteger a propriedade privada com a proposta de defesa da igualdade e da liberdade segundo o ideário liberal, mas haja visto a sua origem, o que se pode constatar é que jamais exerceu suas funções no sentido de promover a igualdade social.

Em relação aos reflexos da conjuntura política, social e econômica da América Latina, Rosa (2003) comenta sobre a infância nestes países, apontando para a gravidade da situação:

o número de crianças que abandonam suas casas e passam a ocupar as ruas dos centros urbanos como espaço de vida tem alcançado dimensões extremas. Estas

crianças, residentes de bairros pobres, das periferias e das favelas, vão sendo conduzidas às ruas por diversos motivos, os quais acabam por configurar uma situação que as leva a permanecer muitas horas neste espaço e se afastar cada vez mais de suas famílias (p. 168).

O processo de empobrecimento geral da população tem contribuído para a desagregação cada vez maior das organizações familiares.

Hoje, a criança, o adolescente e o jovem de e na rua representam, ante o todo, uma das categorias mais graves quanto ao grau de pobreza, de miséria, de fome, nudez insalubridade, abandono, desproteção política, ignorância e muitas outras circunstâncias que o caracterizam com um protótipo de agressão social, marcado pelo sofrimento, pela privação e pela expropriação de direitos (Rosa, 2003. p. 168).

A negligência, o abandono e os maus-tratos de que as famílias das camadas subalternas são acusadas em relação às suas crianças podem ser, analogamente, compreendidos como o abandono destas, por parte do Estado. Na realidade, este discurso que as culpabiliza tem um caráter ideológico que naturaliza a relação entre a pobreza e o tríplice fenômeno de negligência/violência/abandono. Desta forma,

as concepções tradicionais acerca da família, sua organização e divisão sexual de papéis, encerram em si mesmas uma visão ideológica pautada nos padrões estabelecidos pelas classes dominantes. Quando nos deparamos com outros estratos sociais, em particular as camadas subalternas, estas concepções mostram-se inadequadas, para não dizer perversas se balizam nossas interpretações, uma vez que nos dirigimos por um olhar que certamente nos leva a perspectivar estas famílias como desorganizadas, promíscuas e assim por diante (Siqueira, 1997, p.04).

Com o crescimento descontrolado do número de crianças/adolescentes negligenciados, abandonados e maltratados em nosso país, surgiu a necessidade da implantação de instituições e organizações sociais⁷ que pudessem exercer as funções que o modelo tradicional de família, sustentado pelo Estado, não deu conta de cumprir, ocorrendo um processo de cisão e deslocamento destas práticas.

Por um lado o Brasil é apresentado como um exemplo da violência que atingiu limites extremos e assiste ao extermínio de suas crianças. Visto por outro ângulo, ele é o exemplo mais expressivo do avanço da sociedade civil na tentativa de mobilização e articulação de diferentes grupos em prol da causa da criança (Rosa, 2003, p. 169).

Na tentativa de sanar problemas como este, surgiu o movimento que culminou com a elaboração de uma legislação em defesa dos direitos da criança e do adolescente significativamente avançada: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

⁷ Instituição é compreendida aqui como o corpo de regras e valores enquanto organização social, base concreta da sociedade, é o aparato que reproduz o quadro de instituições no cotidiano da sociedade. As instituições são mantidas e reproduzidas nas organizações (Bock, 2002, p.217).

O Processo Histórico da Institucionalização de Crianças

A preocupação com órfãos é antiga e não se pretende afirmar aqui que a origem da institucionalização das crianças/adolescentes, através dos orfanatos/asilos/abrigos se deva unicamente às transformações do século XX. A prática de internar crianças abandonadas aparece a partir de outros tipos de internamentos, que tinham como matriz de trabalho uma dupla perspectiva: proteger os internos de um mundo hostil e, principalmente, proteger a sociedade da convivência com estes, por motivos diversos, entre eles as doenças e os crimes. “Na antiguidade, nos tempos de Moisés, temos como exemplo as cidades de refúgio que acolhiam os homicidas que matavam involuntariamente o seu próximo” (Weber, 1996, p. 16).

Na Idade Média, havia uma grande preocupação com a lepra e os leprosários se multiplicaram por toda a Europa nas chamadas cidades malditas. Os dois mais importantes encontravam-se na periferia de Paris. “Por volta de 1266, à época em que Luís VIII estabelece, para a França, o regulamento dos leprosários, mais de 2000 deles encontram-se recenseados” (Foucault, 1999, p. 03).

De acordo com este mesmo autor, a partir do século XV, com o desaparecimento da lepra, as instituições foram sendo fechadas deixando sem utilidade estes lugares que passaram a assumir outras funções. Com a lepra se estabeleceram obscuras práticas médicas de segregação, que tinham como propósito manter o “doente” à distância. Desaparecida a lepra, o que se manteve foram os valores e as imagens que tinham aderido à personagem do leproso. As estruturas permaneceram, freqüentemente nos mesmos locais, com os mesmos jogos de exclusão sendo mantidos até dois ou três séculos mais tarde.

Quem assumiu o papel deixado pelo lazarento foram os pobres, loucos, vagabundos, presidiários ou jovens que precisavam de correção, sendo vistos como uma manifestação de Deus em sua desgraça, passíveis de salvação. A salvação esperada dessa exclusão, assim como aqueles que os excluía, apareceram com um sentido novo: a possibilidade de reintegração espiritual.

Ariès (1986), investigou sobre a educação e a organização social e familiar da Idade Média e Renascença e, segundo ele, nos séculos XV e XVI a aprendizagem infantil era transmitida de uma geração à outra de maneira direta.

Após conservá-las em casa até a idade de sete ou nove anos, elas as colocam, tanto os meninos como as meninas, nas casas de outras pessoas, para aí fazerem o serviço pesado, e as crianças aí permanecem por um período de sete a nove anos (portanto, até entre cerca de 14 e 18 anos). Elas são chamadas então de aprendizes (Ariès, 1986, p. 226).

O objetivo deste procedimento por parte dos adultos era de que suas crianças aprendessem as tarefas domésticas e boas maneiras, assim como também a garantia de serem mais bem servidos por estranhos do que por seus próprios filhos, já que também recebiam crianças de outras famílias em suas casas.

Badinter (1985) realizou um estudo histórico sobre as práticas com crianças e seus cuidados, trazendo inúmeras contribuições sobre a organização familiar a partir da Renascença. Segundo ela, o internamento de crianças se tornou uma prática aceitável no final do século XVII, com a criação dos internatos nos grandes colégios e conventos para onde a burguesia enviava seus filhos e filhas.

As meninas eram enviadas com muita frequência para os conventos. E depois disso “os pais só a reviam raramente, em algumas visitas episódicas. Era no convento que a moça

esperava o marido, ao abrigo de toda tentação, contrária à virtude. Se nenhum marido se apresentava para as pobres, não era raro que as moças fossem deixadas no convento para vestir o hábito” (Badinter, 1985, p. 134).

O mesmo ocorria com os meninos. Depois de um período com um preceptor, eram enviados para concluírem seus estudos em colégios, dormindo em casas de famílias burguesas que residiam perto do colégio. “Pouco a pouco, porém, os pais desejaram que os filhos ficassem sob a vigilância constante dos mestres. [...] Foi assim que o número de internatos jesuítas passou de cinco no século XVII para quatorze no século XVIII [...] a ponto de suprimir quase totalmente o externato” (idem, p. 135).

Por esta época na França, a mortalidade infantil era coisa banal. Conforme Dupaquier (apud Badinter, 1985, p. 137), “a mortalidade das crianças de menos de um ano é sensivelmente superior a 25%. No conjunto da França, a taxa de mortalidade infantil é, a título de exemplo, de 27,5% de 1740 a 1749 e de 26,5% de 1780 a 1789”. Uma criança em quatro não ultrapassava o primeiro ano de vida. Desta forma, deu-se início à prática, que se difundiu rapidamente nas diferentes camadas sociais, de entregar crianças recém-nascidas às amas de leite.

A prática da amamentação não era exercida, uma vez que as mulheres da burguesia argumentavam que lhes prejudicava a saúde e a beleza e que era ridícula e repugnante. Já nas classes menos privilegiadas os filhos constituíam-se um estorvo, pois as mulheres eram obrigadas a trabalhar para sobreviver. A alternativa que havia era a de entregar o filho aos cuidados das amas, e freqüentemente os pais não voltavam para buscá-los. Muitas destas crianças morriam por negligência ou maus tratos, enquanto outras, eram abandonadas em asilos.

As principais razões do abandono são de ordem econômica e social. Não obstante, há também um bom número de pequenos burgueses que abandonam seus filhos, com a idéia de buscá-los alguns anos mais tarde. Pensam que estes receberão melhores cuidados no asilo do que os que eles mesmos lhes poderiam proporcionar. Mas apenas um número ínfimo de pais recupera efetivamente os filhos um dia. De um lado porque esqueciam de reclamá-los, de outro, porque a realidade do asilo era bem diferente do que tinham imaginado. No último terço do século XVIII morrem, antes de um ano, mais de 90% das crianças abandonadas no asilo de Rouen, 84% em Paris, e 50% em Marselha (Badinter, 1985, p. 141).

A mortalidade infantil decorrente do descaso e abandono dos pais na França estava sendo onerosa para o Estado. Neste período, começou um movimento para mudar o conceito de amor materno: a imagem de mãe, seu papel e seu fortalecimento na sociedade começaram a ser enaltecidos. “Nesse fim de século XVIII, o essencial, para alguns, é menos educar súditos dóceis do que pessoas, simplesmente: produzir seres humanos que serão a riqueza do Estado”. (Badinter, 1985, p. 146). O que se tornou importante a partir deste momento, foi a sobrevivência das crianças. A população, indistintamente, passava a ser alvo de interesse dos governantes, como força de trabalho para manter a agricultura, defender a pátria em tempos de guerra e povoar as colônias.

Em meados do século XVIII, surgiram idéias para a educação e utilização das crianças abandonadas, incluindo propostas de adoção por motivos econômicos.

Depois do desmame, toda aldeia que quisesse ser isenta do serviço militar se encarregaria de oito dessas crianças, até que entrassem no exército. Cada pai e mãe se ocupariam deles de maneira conveniente, pois veriam em sua subsistência a

liberdade da própria família. E para indenizar o Estado das despesas feitas com sua criação, esses jovens milicianos seriam obrigados a servir até os 25 ou 30 anos. Além disso, durante seus anos de serviço, o Estado economizaria um salário de marinheiro ou soldado, maior do que o custo anual de uma criança (Badinter, 1985, p. 159).

Surgiu uma nova visão do ser humano: mão de obra, lucro e riqueza. A expressão do capitalismo pouco a pouco foi se estabelecendo. No final do século XVIII, o Estado e particulares tomaram iniciativas para ajudar as mães necessitadas, recompensando-as quando amamentavam seus filhos. Foram criadas por toda parte, nas grandes cidades da França, sociedades de proteção materna, que vieram em ajuda das mães pobres que desejavam amamentar o filho. Este movimento foi, ao mesmo tempo, “corroborado por um outro discurso, mais gratificante e exultante, que tocava ao mesmo tempo os homens e suas mulheres. Não falava a linguagem do dever, das obrigações e do sacrifício, mas a da igualdade, do amor e da felicidade” (Badinter, 1985, p. 161).

O olhar sobre a criança começava a mudar: a maternidade sendo valorizada, assim como os cuidados com a criança pequena, com a valorização da amamentação. A idéia de infância surgiu paralelamente ao sentimento de família e ao desenvolvimento da educação escolar. Novos conceitos mudaram o comportamento das mulheres de melhores condições sociais.

Por outro lado, a população menos favorecida ainda era obrigada a deixar suas crianças aos cuidados de amas, pela necessidade das mulheres de trabalhar. Assim, com o crescimento da população e o desenvolvimento da indústria houve um aumento do número de crianças abandonadas.

Com as idéias de Rousseau, que considerava a criança potencialmente boa, assim como com as idéias de John Locke de que a criança não é boa nem má, mas uma folha em branco, a criança passou a ser, a partir da metade do século XIX, alvo de cuidados e proteção, considerada como uma pessoa de verdade, com deveres e direitos a serem observados e respeitados (Weber, 1996, p. 19).

Os Cuidados com a Criança no Brasil e a Política de Direitos

No Brasil, no final do século XVIII, as confrarias, irmandades e Santas Casas de Misericórdias assumiram o cuidado dos órfãos e abandonados, com a criação, na época, das chamadas “Roda dos Enjeitados”, ou “Roda dos Expostos”.

O sistema de roda de expostos foi inventado na Europa medieval. Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casa de família, como era de costume, na falta de outra opção (Marcilio, 1997, p.51)

Este sistema era chamado de “roda”, por manter um dispositivo giratório, através do qual as crianças eram depositadas e desta forma entregues às instituições, com a garantia de anonimato da procedência. O crescente número de “enjeitados” e as dificuldades de manutenção do cuidado das crianças, levou à criação, no decorrer do tempo, de grandes orfanatos, patronatos e seminários, onde o atendimento coletivo foi possibilitado.

Em Portugal, as rodas de expostos foram instaladas pela primeira vez, igualmente, na Idade Média, em seus últimos momentos. Seguiram elas os modelos criados na Itália, pelos quais introduziram a primeira roda em Lisboa, nos muros do Hospital Geral e Todos os Santos. Desta forma, quando se iniciou a colonização do Brasil, Portugal já conhecia e havia estruturado sua roda de enjeitados. Todo império ultramarino acabou adotando, bem mais tarde, a mesma instituição, em algumas de suas principais cidades, copiando sempre o modelo da roda de Lisboa, administrada pela Santa Casa de Misericórdia e com subvenções da Câmara municipal (Marcilio, 1997, p.52).

Em 1898 e em 1902 foram criados, respectivamente, em São Paulo a “Casa dos Expostos” e o “Instituto Disciplinar”, esse último, denominado posteriormente “Reformatório Modelo”. O atendimento prestado por estas instituições era, de acordo com o próprio nome, de caráter “disciplinar”. Era preciso “corrigir”, “reformatar”, aqueles que não se enquadravam aos padrões de conduta da época. Em sua obra, *A História da Loucura*, Foucault (1999) afirma que

É evidente que o internamento, em suas formas primitivas, funcionou como um mecanismo social, e que esse mecanismo atuou sobre uma área bem ampla, dado que se estendeu dos regulamentos mercantis elementares ao grande sonho burguês de uma cidade onde imperaria a síntese autoritária da natureza e da virtude. Daí a supor que o sentido do internamento se esgota numa obscura finalidade social que permite ao grupo eliminar os elementos que lhe são heterogêneos ou nocivos, há apenas um passo. O internamento seria assim a eliminação espontânea dos “a-sociais”; a era clássica teria neutralizado, com segura eficácia – tanto mais segura

quanto cega – aqueles que, não sem hesitação, nem perigo, distribuímos entre as prisões, casas de correção, hospitais psiquiátricos ou gabinetes de psicanalistas (Foucault, 1999, p. 79).

Em 1902, houve a reformulação das leis que regiam o serviço de Polícia do Distrito Federal, na época no Rio de Janeiro, que passou a obrigar o recolhimento às colônias correcionais, além de infratores viciados e vagabundos, os “menores abandonados” por orfandade, enfermidade ou negligência dos pais.

Ainda no século XIX, entretanto, a Faculdade de Medicina do Brasil promovia discussões sobre o problema da mortalidade infantil e o recolhimento das crianças abandonadas à controvertida “Casa dos Expostos”. No final deste século, o médico Arthur Moncorvo Filho, que tinha uma grande preocupação com o cuidado e bem estar das crianças dos estratos sociais pobres, dava assistência médica e educação aos pais com instruções de higiene, aleitamento, nutrição, vacinação e cuidados básicos à criança.

Conforme apresenta Weber (1996, p. 20-21) Moncorvo pregava ainda a necessidade de criação de creches, da regulamentação do trabalho da mulher na indústria, da criação de escolas especiais, de vacinação infantil e de higiene nas escolas públicas. Foi criado então, em 1899, no Rio de Janeiro, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Seguindo esta tendência, foram inaugurados em 1904, os Institutos de Proteção à Infância de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e a partir de 1910, outros institutos surgiram em diferentes estados do país. Em 1921 foi realizada, uma modificação do Código Civil, através da promulgação da Lei Nº 4242, que tratava de maneira legal a questão da criança abandonada, na tentativa de definir que criança é esta e em que circunstâncias poderia

haver suspensão, perda de pátrio poder ou destituição de tutela. Este código permaneceu até 1979, quando outro entrou em vigor com novas reformulações.

Em 1927, foi promulgado o primeiro Código de Menores do Brasil, criado pelo primeiro Juiz de Menores da América Latina na época, Mello Mattos. A assistência aos “menores”, chamados de “carentes e abandonados” que até então estava ao encargo das entidades filantrópicas, expandiu-se na rede pública, a partir da década de 30, com a criação de um conjunto de grandes internatos. O modelo institucional era o do controle, com a crença de que este tipo de ação era benéfico, tanto para a sociedade quanto para o “menor”, uma vez que este retornaria ao convívio social devidamente “reparado” e “adaptado” (Weber, 1996, p. 21).

Este modelo de atendimento foi alvo de inúmeras críticas resultando na criação da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), em 1964, com a idéia de estabelecer uma política nacional, uma coordenação central e uma fiscalização sobre as entidades que executavam este trabalho. Havia um novo discurso e uma nova política, que resultou na expansão das estruturas burocráticas para a implementação do sistema nos Estados. Mesmo parecendo uma proposta inovadora, a internação continuou sendo a medida mais usada para lidar com o chamado “problema do menor”. Os internatos eram descritos como verdadeiras “prisões”.

Desde a admissão do “menor” ao sistema, através de “unidades de recepção” ou de “triagem”, era dado início a um processo de despojamento, que compreendia a perda de seus bens, de numeração, rotulação diagnóstica, vivência com regulamentos difusos, hierarquias rígidas e a convivência com funcionários ora “agressores”, ora “protetores”. Neste contexto, aconteceram escândalos envolvendo mortes, maus tratos e exploração

sexual de crianças e jovens em todos os lugares onde este sistema era adotado (Carvalho, 1993).

A partir da década de 70 começaram a surgir movimentos com o objetivo de redirecionar a política de atenção à criança e ao adolescente, tendo com pano de fundo a idéia de desinstitucionalização, que se traduziu de maneira equivocada no fenômeno da desinternação em massa. Na década de 80, com a transição democrática do país, houve a sustentação de um novo movimento crítico, cuja ênfase passou a ser a “luta por direitos”. Este movimento culminou com a promulgação da Lei Nº 8.069, em 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA). É uma nova tentativa de garantir os direitos da criança e do adolescente, assim como uma forma de encontrar novas alternativas para os problemas sociais desta ordem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente contém 267 artigos, os quais contemplam diferentes aspectos do atendimento a esta população, cobrindo todos os aspectos levantados pela Convenção de Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). O E.C.A., como passou a ser conhecido, apóia-se no artigo 227 da Constituição Federal, que define os direitos da criança e do adolescente como dever da família, da sociedade e do Estado, e que devem ser assegurados com prioridade absoluta. O artigo 227 define ainda as bases da política de promoção dos direitos e defesa da criança e do adolescente, especificando estes direitos e garantindo proteção especial em Promoção de Direitos (à vida; à alimentação; à educação; ao lazer; à profissionalização; à cultura; à dignidade; ao respeito; à liberdade; à convivência familiar e comunitária) e em Defesa de Direitos (quanto à negligência; quanto à discriminação; quanto à exploração; quanto à violência; quanto à crueldade e quanto à opressão).

O E.C.A. apresenta uma série de programas que visam atender as diferentes demandas e problemáticas da criança e/ou adolescente em situação de abandono, risco pessoal e social. Neste sentido são contempladas as **Medidas de Proteção** e as **Medidas Sócio-educativas**.

As medidas sócio-educativas compreendem a internação, a advertência, a obrigação de reparar danos, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, e o regime de semiliberdade. São destinadas exclusivamente a adolescentes que cometeram ato infracional. As medidas de proteção são aplicadas a qualquer criança ou adolescente violado ou ameaçado em seus direitos básicos, seja por ação ou omissão do Estado, pela falta, omissão ou abuso dos pais/responsáveis, ou em razão da própria conduta. Entre as medidas de proteção encontra-se o abrigo em entidade, contemplado no item VII do artigo 101 do E.C.A.

O abrigo é um conceito novo que aparece a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tem como foco crianças e/ou adolescentes cujo retorno à família esteja impossibilitado pela falta de condições básicas dos pais ou responsáveis para suprirem sua subsistência. O abrigo foi pensado na tentativa de dar um fim aos chamados “prisioneiros sociais”, isto é, a privação de liberdade em regime de internato por motivo social: órfãos, abandonados, vítimas de maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, deficiências físicas e mentais e eventualmente crianças que tenham cometido infração para as quais não seja indicada outra medida de proteção, assim como aquelas com vivência de rua, cujo retorno à sua família se mostre difícil ou inviável.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os abrigos estão classificados a partir de critérios: tamanho da unidade e capacidade de atendimento, tempo de permanência da criança e/ou adolescente e especialização do atendimento oferecido.

Em relação ao tamanho, está prevista a extinção do atendimento em grandes instituições, com a proposta de casas pequenas com características para abrigar até 20 crianças ou jovens, e casas de porte médio para abrigar no máximo 35 crianças. Não há uma definição do número exato de crianças ou jovens que poderão morar no abrigo, o importante é que os princípios do programa sejam contemplados.

Quanto ao tempo de permanência, há a permanência por um curto período, em que as crianças ou adolescentes permanecem, desde horas até alguns meses, até suas famílias apresentarem condições favoráveis de se responsabilizarem por estes, ou surgir a possibilidade de integração em uma família substituta.

Há também os abrigos caracterizados como de “permanência continuada” que recebem crianças e adolescentes que não têm para onde ir. Têm como proposta constituírem um espaço como ponto de referência para a criança e/ou adolescente.

Em relação à especificidade do atendimento, há os abrigos de atendimento convencional e os abrigos de atendimento especializado. O atendimento especializado será dirigido a crianças e adolescentes que necessitem de atenção diferenciada, por apresentarem comprometimentos físicos e mentais ou por terem sofrido traumas produzidos por violência sexual ou maus tratos. Estes abrigos devem ter uma interface com programas de saúde e de educação dos órgãos públicos do município e com a própria comunidade.

O processo de reordenação dos abrigos faz parte de um programa de proteção bastante específico, de acordo com uma política de direitos, que não deve ser confundido com a internação ou outros tipos de atendimento. É uma medida que tem a proposta de contribuir para a ruptura da tradição histórica do abandono, isolamento e confinamento institucional de crianças das grandes instituições, consideradas como “depósitos de crianças”.

É um novo modelo baseado no atendimento das necessidades reais de cada criança e adolescente que esteja inserido nesta realidade, numa tentativa de resgatar as figuras parentais de forma substitutiva provisória e/ou permanente. Esta proposta se constitui num grande desafio envolvendo por um lado o poder público com a tarefa de criar políticas públicas adequadas para promoção da defesa e atenção às crianças e adolescentes, em situação de risco pessoal e social e, por outro, o envolvimento da família, da comunidade e da sociedade em geral na tarefa de ocupar os espaços conquistados pela política de direitos, assim como o acompanhamento dos programas de atendimento, como parte atuante neste processo dialético que é da ordem do coletivo.

Questões de gênero:

As famílias

Assim como a infância e a adolescência são conceitos que ao longo da história da humanidade, no ocidente, foram sendo construídos, a idéia/noção de família também foi. Ela não é uma entidade abstrata, vista fora de um momento histórico e de um grupo social. É impossível entender os grupos familiares sem considerá-los dentro da complexa trama social e histórica que os envolvem e os constituem. Embora a família monogâmica seja a forma predominante em todos os segmentos sociais, existem padrões internos que diferenciam as famílias dos diferentes estratos sociais. A família é uma instituição criada

pelos homens e conforme Reis (1992, p.101-103).se constitui de formas diferentes, em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades sociais.

Sendo assim, não existe uma família universal. Existem tipos históricos específicos de arranjos familiares, isto é, inúmeras formas de organizações que podem ser denominadas “famílias”. Pode-se afirmar que cada uma das atuais formas de família viveu histórias ou conjunturas sociais bem diferentes umas das outras. Nesta perspectiva, alguns estudos são significativos. Dentre eles situa-se Morgan (1987) que estudou as relações de parentesco em diversas tribos americanas. Engels (1984), apoiando-se nas descobertas de Morgan, elaborou a formulação materialista dialética sobre a gênese e as funções da família monogâmica. Para ele, foi na família que se iniciou o processo de divisão social do trabalho sob a forma de divisão do trabalho sexual. Assim, a família monogâmica surgiu e foi determinada pelo aparecimento da propriedade privada.

Ariès (1981) traz o chamado “sentimento de família”, que se estabeleceu na burguesia a partir do século XVIII como um fenômeno de natureza psicológica, surgido a partir do “sentimento de infância”, que veio instalar a intimidade, a vida privada, o sentimento de união afetiva entre o casal e entre pais e filhos. O que ocorreu foi uma revolução da afetividade que passou a se concentrar no interior da família, fazendo com que a vida de cada trabalhador passasse a ser partilhada entre dois pólos: o do seu trabalho, onde nasce também uma nova sensibilidade, e o de sua família. Desta forma, a separação entre o lugar de trabalho e o lugar de família corresponde a uma partilha entre um setor público e um setor privado, este último coincidindo com a família.

No mundo ocidental urbano, na modernidade, a partir da separação dos espaços de trabalho e da casa, configurou-se uma nova ordem familiar que correspondia ao padrão burguês nuclear e conjugal. Este modelo tornou-se hegemônico, isto é, assumiu um lugar de

predominância sobre os outros, funcionando como metáfora reguladora das relações sociais, embora não correspondendo diretamente às organizações familiares concretas que sempre foram e são muito diversificadas.

Nesta mesma época, simultaneamente, a educação tornou-se laica expandindo-se sob a tutela do Estado Moderno que passou a dividir com a família a responsabilidade pela educação das crianças, em especial as da burguesia. Perrot descreve que

a criadagem, aliás, compõe um mundo hierarquizado. No topo encontram-se os preceptores e as professoras - que apenas as famílias ricas podem se permitir, quando desejam manter os filhos em casa, - assumindo a figura de semiintelectuais, o que, aliás, muitas vezes são. O desenvolvimento da escolaridade obrigatória reduz o número dos preceptores, e não tanto das professoras (Perrot, 1991, p.179).

Como qualquer modelo, no entanto, a família tem funcionado constituindo e ordenando desejos e práticas. Ela, além de sua função ligada à reprodução biológica, tem uma função ideológica.

Isto significa que além da reprodução biológica, ela promove também sua própria reprodução social: é na família que os indivíduos são educados para que venham a continuar biológica e socialmente a estrutura familiar. Ao realizar seu projeto de reprodução social, a família participa do mesmo projeto global, referente à sociedade na qual está inserida (Reis, 1992, p. 101).

Em relação ao funcionamento interno da família, o que a diferencia de outros grupos é que é nela onde se dá a estruturação da vida psíquica.

É a maneira peculiar com que a família organiza a vida emocional de seus membros que lhe permite transformar a ideologia dominante em uma visão de mundo, em um código de condutas e de valores que será assumido mais tarde pelos indivíduos. [...]

A família é o espaço social onde gerações se defrontam mútua e diretamente, e onde os dois sexos definem suas diferenças e relações de poder (Reis, 1992, p. 102).

O ser humano é o único ser capaz de transmitir sua história adiante e a família é a sua principal instituição mediadora nos primeiros anos de vida. É nesta organização que surge, também, a divisão sexual do trabalho entre os membros do casal que, neste processo, tornou-se responsável pelos cuidados da prole. Assim, ao ser gerada, a criança já é pensada pelos seus (pais e membros do grupo familiar), que possuem expectativas quanto a sua aparência física e outros aspectos. Desta forma ela é inserida na família e, conseqüentemente no grupo cultural. Entretanto, essa inserção será diferenciada dependendo, entre outros elementos, a qual sexo a criança pertence.

É através da estrutura familiar que se atribuem características diferentes e peculiares ao homem e à mulher, consideradas necessárias para a reprodução da família e da sociedade. De acordo com Figueira (1986, p.11-30), isto se dá num processo complexo e sem linearidade. Para ele, as famílias contemporâneas são atravessadas por padrões oriundos da modernidade, como o modelo burguês, conjugal e nuclear, assim como também têm surgido novas formas de famílias com ideais mais igualitários, que funcionam como desarticuladores do estilo hierárquico e que se sobrepõem às antigas identidades posicionais, sem, contudo, alterá-las substancialmente. A modernização de forma acelerada se dá mais no nível de produtos de consumo e tecnologias, sendo que a subjetividade não acompanha esta velocidade, co-existindo com valores antigos, como os do patriarcado⁸.

Este modelo analítico (o do patriarcado) se sustenta na diferença sexual sem historicizá-la, não dando conta de explicar as relações familiares na atualidade. Neste

⁸ De acordo com Weber, chama-se patriarcalismo à situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, com determinadas regras fixas. (WEBER, in Siqueira, 1997, p. 45).

contexto as relações de gênero são, dentre outros aspectos, onde mais se apresentam dificuldades para a modernização da família.

Em um país como o Brasil, de tradição predominantemente patriarcal, as desigualdades são marcantemente fortes nas relações entre os sexos. Assim,

imaginar homens e mulheres igualmente capazes e responsáveis pelo dia a dia dos filhos bem como pelo seu sustento, traz consigo as questões relativas à maneira sutil através da qual se lida com a desigualdade [...]. Impõe-se, então, a discussão do gênero, ou seja, a relação masculino-feminino não a partir de uma visão de identidades sexualmente tipificadas e imutáveis, mas sob a compreensão de que o gênero é uma construção sócio-histórica. A masculinidade e a feminilidade não existem *per se*, mas somente, em relação a um contexto (Souza, 1994, p 11).

As Masculinidades

Na perspectiva histórico-cultural, é possível dizer, parafraseando Joan Scott (apud Heilborn, 1998), que homens e mulheres se constituem através de relações recíprocas e assimétricas baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Isto quer dizer do feminino e do masculino e está ligado à idéia de diferença e de desconstrução.

Homens e mulheres não são diferentes apenas porque possuem um sexo biológico que não é anatomicamente igual, mas porque através do discurso de cada época e cultura, se constroem enquanto masculinidades e feminilidades. Neste sentido, está implicado aqui, um conceito mais amplo que o de sexo, ou seja, o de gênero, compreendido como a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a

realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.(Heilborn, 1998, p. 115).

Este conceito é compreendido aqui como uma categoria de análise relacional⁹ que possibilita romper com as interpretações dicotômicas, como a de dominador-dominado, para entender como historicamente foram constituídas as relações entre homens e mulheres e analisar os interjogos que estes estabelecem, pois “a dicotomia que a sociedade constrói através do conjunto de normas e prescrições para o comportamento masculino e o feminino, engendra estereótipos, freqüentemente rígidos, que condicionam os papéis sociais, circunscrevendo os sujeitos (homens e mulheres) a um raio de ação limitado” (Siqueira, 1997, p.55).

Estas relações assimétricas são apropriadas pelo/do grupo cultural, tendo como primeira, e talvez a principal mediadora, a família. Este é o primeiro lugar onde se introduz o sujeito nas normas sociais referentes às masculinidades e feminilidades. O indivíduo se constitui e é constituído através de uma complexa rede de relações e práticas sociais, num (re)configurar-se constante e contínuo entre o passado e o presente. Inicialmente este processo complexo e dinâmico desenvolve-se nos grupos de origem, sendo que um dos principais é a família.

A noção de gênero é compreendida como tendo um caráter implicitamente relacional, onde homens e mulheres apropriam-se das pautas relacionais adotadas para o masculino e o feminino.

⁹ Análise relacional refere-se à noção de gênero segundo a qual as “masculinidades” só existem em contraste com as “feminilidades”.

As masculinidades, por sua vez, vêm sendo discutidas mais sistematicamente nas universidades, a partir da década de oitenta, assim como, em grandes conferências como as promovidas pela ONU na década de 90 (Cairo-1994 e Beijing-1995). Ambas colocam em evidência a questão da equidade entre os gêneros em todas as esferas, incluindo a vida familiar e comunitária. A Declaração de Beijing é clara ao afirmar que “a igualdade de direitos, oportunidades e acesso aos recursos, a divisão eqüitativa das responsabilidades familiares entre homens e mulheres e uma parceria harmoniosa são fundamentais ao seu bem-estar e ao de suas famílias, bem como para a consolidação da democracia” (ONU, 1996, p. 28).

A masculinidade “só existe em contraste com a feminilidade” (Connell 1997, p. 32). Não é possível falar em masculinidade, e sim em “masculinidades”, pois aspectos como as etnias, geração, momento histórico e classe social, atravessam o sujeito, que é, desta forma, multiconstituído. Então, como as feminilidades, as masculinidades são “construídas socialmente, num processo histórico, mutável e relacional” (Garcia, 1998, p. 36).

As paternidades

As relações entre os sexos têm sofrido grandes transformações no decorrer do século XX. Badinter (1985), busca demonstrar que o instinto materno é um mito e que não há conduta materna universal e necessária. Ela traça um panorama histórico, demonstrando a oscilação do comportamento mulher/mãe entre a dedicação e a indiferença e rejeição de/com seus filhos num período que durou cerca de dois séculos. Descreve como desde

Aristóteles o poder paterno vem sendo acompanhado da autoridade marital, fundamentado principalmente na idéia da desigualdade natural entre os sexos, passando pelos escritos da bíblia cristã, que reforçaram a submissão da mulher à autoridade do homem, assim como o Estado e a Igreja que ao sustentar concepções que defendem a existência de uma hierarquia natural entre os indivíduos, teriam direcionado durante séculos a arena da desigualdade entre homens e mulheres. Tradicionalmente ao homem cabia chefiar e sustentar a família, dirigir os negócios e as questões políticas, enquanto à mulher cabia o cuidado dos filhos e a organização da casa.

Hurstel (1999) declara que nos últimos vinte anos as “questões sobre a paternidade” têm se afirmado de forma crescente, tanto na mídia como em estudos e pesquisas. Segundo ela, a partir de 1968 profundas mudanças caracterizam a paternidade, principalmente a questão da “carência paterna”.

Quando um homem se torna pai, ele veste um casaco cheio de buracos e de suspeitas, mais precisamente, uma imagem cada vez mais desvalorizada. E isso apesar do valor pessoal do homem que assume tal função, o que o caracteriza é um discurso desvalorizante dos especialistas; tão desvalorizante que, na verdade, aparece como um discurso de exclusão dos pais em proveito do superpai-especialista. Se os pais podem ser ditos carentes, é porque são relegados a esse lugar por aqueles que normalizam práticas em torno da criança. Diremos que, de fato, esses pais carentes do século XX são, em primeiro lugar, os pais excluídos pelos teóricos da educação (Hurstel, 1999, p.119).

No capítulo intitulado de Paternidades Múltiplas e Recomposições Familiares, Hurstel aborda as novas formas de família que estatisticamente tornaram-se importantes, na

segunda metade do século XX na França, com as grandes transformações ocorridas a partir dos movimentos pela igualdade de direitos entre os sexos. Diz a autora:

Os sociólogos chamam-nas de famílias “estilhaçadas” ou famílias “reconstituídas” ou, ainda, de famílias “recompostas”. Essas famílias contribuem para subverter a definição de pai tanto do ponto de vista das funções familiares quanto do ponto de vista dos critérios de designação. De fato, em cada uma dessas famílias, encontram-se homens providos de funções paternas distintas, essencialmente as de pai legal, doador do nome à criança e educador. Nas “recomposições familiares” mais complexas, podem existir três homens providos respectivamente das funções de “genitor”, “pai social e legal” e “pai educador”, este último porque está presente cotidianamente na vida da criança e é companheiro da mãe (Hurstel, 1999, p.187).

Com escassez para alguns estudiosos ou mais intensamente para outros, o que é possível afirmar categoricamente é que a paternidade contemporânea tem sofrido grandes transformações e que isto tem se dado em um processo que é histórico e cultural. Estas transformações têm atingido, pouco a pouco, as pessoas de um modo geral, independente do estrato social do qual fazem parte, assim como também todas as áreas e práticas das ciências humanas e sociais.

Hurstel (1999) afirma que

A noção de paternidade foi unificada em seus diferentes componentes até o final do século XIX: papel familiar de “poder”, imagem social de prestígio, palavra do pai, sustentada por um conjunto econômico, social e familiar. Nota-se a desagregação dos diferentes elementos que constituem a noção de pai nos trabalhos dos especialistas posteriores à Segunda Guerra Mundial. [...] Não existe somente uma

função do pai, há pelo menos três. São elas as funções de genitor, de provedor e de educador; as funções de doador do nome e de garante de regras de aliança e de filiação. [...] Essas três grandes funções são reunidas pelos etnólogos em duas classes: as funções de “genitor”, as funções de “pai social”. Formas históricas e culturais qualitativamente diferentes (Hurstel, 1999, pp.211-213).

Os atuais estudos sobre as paternidades têm revelado que estas compreendem pelo menos três questões distintas: concepção/contracepção, a escolha de ser pai e um novo modelo de pai. Quanto à concepção/contracepção os homens, historicamente, têm estado fora da esfera dos cuidados com as crianças, assim como das discussões sobre direitos reprodutivos, principalmente sobre sua posição nas novas tecnologias conceptivas, como o banco de sêmen ou mesmo a fertilização *in vitro*, que podem colocá-los na posição de meros reprodutores. Após a descoberta da AIDS isto vem se modificando, em ritmo lento. A OMS (Organização Mundial de Saúde) tem apontado para a necessidade de envolver os homens nos programas públicos de saúde reprodutiva, pois de acordo com o trabalho de Garcia (1998) parece que eles detêm “um poder de negociação e decisão maior sobre a forma e o ritmo das relações sexuais” (p. 34).

No trabalho de Villa (apud Arilha,1999, p. 463), no entanto, está presente a idéia de que as mulheres são as pedagogas dos homens e são quem decidem sobre o método contraceptivo. A falta de envolvimento destes na esfera da saúde reprodutiva, tanto em relação à escolha dos métodos contraceptivos quanto à gravidez, ocorre em função do lugar secundário que a eles é delegado nestes dois aspectos, posto que a esfera reprodutiva é caracterizada como um espaço de domínio feminino. A autora afirma que neste processo os homens são excluídos e também se excluem.

Nesta prática, quando a concepção ocorre acontece um distanciamento entre o pai e seu filho, na medida em que “o pai, por sua vez, após o coito fecundante, enfrenta uma grande lacuna em sua atuação, recuperando algum espaço, apenas quando a criança está na idade de ir para o pré-escolar” (Lyra, 1998 p. 193). Há uma exclusão do pai devido aos lugares destinados a este e à mãe na família nuclear burguesa.

É importante considerar que tal situação encontra sua ancoragem no imaginário social, na medida em que as mulheres são consideradas as “cuidadoras”, enquanto que os homens são considerados os provedores. Pode-se perceber que é uma concepção baseada no modelo tradicional de divisão sexual do trabalho que ocorre no interior da família.

Parece haver diferenças entre homens e mulheres sobre o que é mais interessante em relação aos processos reprodutivos. Mulheres desejam o filho, homens desejam a família. A idéia/desejo/vontade/aspiração de ser pai viria com a maturidade e com o casamento e não determina o filho, ao contrário do que parece acontecer com as mulheres. Para muitas delas, a legitimidade da masculinidade se fundamenta na família (Arihla, 1999, p. 464).

Viveros (1998) ao desenvolver pesquisa a respeito de métodos contraceptivos masculinos, mais especificamente a vasectomia, parte das histórias de casais colombianos que optaram por esta forma de contracepção e investiga as motivações que os conduziram a optar por esta. Segundo ela, de acordo com as respostas dos casais entrevistados, é possível inferir a existência de dois grandes momentos nesta decisão: a iniciativa e a tomada de decisão propriamente dita.

A tomada de decisão das companheiras são de grande importância, senão estratégica. Geralmente são elas que adquirem informação sobre a variedade de métodos contraceptivos oferecidos no mercado. Além disso, as entidades de saúde

dão orientação fundamentalmente às mulheres. Poucos foram os casos em que a iniciativa surgiu dos homens. Nestes casos registra-se aqueles casais com um nível de informação prévio em razão de seu exercício profissional. Constata-se que a insistência da esposa atua como um fator determinante para a adoção da esterilização e para a rapidez da execução (Viveros, 1998, p. 147-148).

Arilha (1999), relata que os homens sentem com muita frequência que acabam sendo obrigados a modificar o rumo de suas vidas porque aceitaram a liderança feminina no processo reprodutivo e com frequência acabam desembocando em algo que não desejavam: ser pai. “A idéia/intenção de ser pai, diferentemente do que julgam acontecer com as mulheres, viria com a maturidade, com o casamento. Se o filho aparece antes do casamento parece ser claro que ele vem antes da vontade de ser pai” (Arilha, 1999, p. 463).

Ao analisar as representações de meninos adolescentes em relação à paternidade e as relações de gênero na família, em saúde reprodutiva, com o foco nas possíveis implicações em relação às atitudes e condutas frente à gravidez e o aborto, Infesta Dominguez (1998) investiga se meninos dos estratos médio/alto desejam ou não ser pais, em que momento gostariam de tê-lo, o que esperam de um filho, como acham que serão como pais, em que consiste(m) a(s) responsabilidade(s) de um pai, quando supõem que um homem está preparado para ser pai, quais são as regras correspondentes ao desempenho do homem e da mulher, quais são respectivamente suas principais responsabilidades em uma família frente a uma gravidez não planejada e se recorreriam ao aborto em algum caso. Todos os adolescentes (iniciados e não iniciados sexualmente) manifestaram seu desejo de ter filhos em algum momento de suas vidas. A maioria deles gostaria de ter vários filhos, assinalando que isto dependeria fundamentalmente da situação econômica em que se

encontrarem no momento de tomar tal decisão. Por outro lado em relação às representações sobre a paternidade, estas se distanciam bastante do modelo tradicional. Segundo a autora

os homens adolescentes – de ambos os estratos socioeconômicos - aspiram o papel de pai tão ativo quanto o da mãe, o que demonstra uma mudança no que diz respeito à figura tradicional do papel de pai. Esta mudança se dá no sentido de uma ampliação das responsabilidades paternas, tendendo a incorporar no papel paterno mais elementos do tradicional papel materno, especialmente no que se refere ao cuidado e educação da prole, sem que isto vá contra a tradicional função paterna de protetor-provedor de sua família (Infesta Dominguez, 1998, p. 254).

Com isto é possível constatar o surgimento de uma revalorização das atividades ligadas à criança e ao cuidado dos filhos, devido à importância que estas atividades têm no fortalecimento de vínculos afetivos com os filhos que vem a favorecer a comunicação, o diálogo e a confiança no cotidiano familiar.

No trabalho de Gilmore (apud Infesta Dominguez, 1990) há dados que mostram que na maioria das sociedades estudadas, a virilidade está associada à paternidade. Há um discurso moral que evidencia a chamada “verdadeira” virilidade dos homens, isto é, para ser um homem este deve engravidar uma mulher, proteger seus dependentes e manter seus familiares. Isto o leva a sustentar que, ainda que não exista um ‘homem universal’, é possível falar de um homem onipresente, baseado em critérios de atuação do chamado homem prenador/ protetor/provedor.

Por outro lado, a literatura especializada já começa a pesquisar o que se chama de “novas paternidades”. Este conceito refere-se, conforme Lyra, (1998) à participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, particularmente no cuidado com a criança. A

preocupação não está apenas em aumentar o número de tarefas dos homens/pais, mas na qualidade da afetividade entre estes e seus filhos.

Trabalhos como o de Resende e Alonso (1995) chamam a atenção para um perfil de pai cuidador. Todos os seus entrevistados expressaram terem tido contatos físicos e afetivos intensos com seus pais, explicitando ter prazer em cuidar dos filhos por saberem da importância da figura paterna. Os autores apontam que entre os pais que entrevistaram, a maioria teve em sua infância a participação ativa dos seus homens/pais, possibilitando, assim, apropriar-se de relações de gênero diferenciadas e de um papel de pai inovador.

Capítulo 2

Contextualizando a Pesquisa

Os lugares, os sujeitos e suas histórias

Joinville é hoje a maior cidade do estado de Santa Catarina, devido a uma mobilidade demográfica intensa que propicia diariamente chegada de pessoas do interior do Estado, de outros Estados brasileiros e de países estrangeiros. Guedes (1996), ao fazer um resgate da história da cidade, relata que sua história está relacionada ao processo de colonização que foi estimulado pelo Governo Imperial Brasileiro a partir da extinção do tráfico negreiro para o país, tendo como objetivo suprir esse tipo de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, preencher os grandes vazios populacionais da nova colônia. Além disto, em meados do século XIX, se desencadearam as grandes crises políticas e econômicas na Europa em consequência das guerras napoleônicas e da concentração de terras nas mãos da aristocracia. Tudo isto ocasionou a perda de propriedades e empregos a milhares de pessoas, que tiveram que passar por severas restrições o que impulsionou grandes levadas populacionais a deixarem seus países e se aventurarem em outros, como o Brasil, que oferecia várias vantagens aos que desejassem imigrar.

Nesse contexto, muitas cidades brasileiras receberam imigrantes das diversas partes do Velho Continente, que tiveram de abandonar seus lares e se adaptar às novas realidades encontradas. Ao mesmo tempo em que muitos saíam espontaneamente de seus países, outros fugiam ou eram expulsos por motivos políticos. Dessa forma, foi expulsa da França, em 1848, toda a família real, inclusive os príncipes D. François Ferdinand Philipe e sua esposa, a Princesa brasileira, Dona Francisca Carolina. Com sérias

dificuldades financeiras, o Príncipe resolveu desfazer-se de parte do dote de 25 léguas quadradas (46.582 hectares) de terras devolutas ao norte da Província de Santa Catarina, no Brasil, recebidos por ocasião de seu casamento em 1843 (Guedes, 1996, p.1).

O desenvolvimento do município de Joinville relaciona-se diretamente com a política econômica nacional, a partir da década de 1970, caracterizada por uma grande preocupação com o desenvolvimento industrial, que impulsionou e incentivou sua expansão. Santa Catarina, um Estado que era tipicamente agrícola, sofreu grandes alterações econômicas com o êxodo rural de um lado e, de outro,

o crescimento vertiginoso das indústrias no nordeste do Estado, principalmente em Joinville, que tinha a seu favor a presença de indústrias consideradas estratégicas, ou seja, aquelas ligadas ao setor metalmeccânico [...] consideradas áreas de interesse nacional, fazendo parte do projeto desenvolvimentista conhecido como “a arrancada do aço” (Guedes, 1996, p.69).

A partir disto, a fundição e outras atividades industriais tiveram um crescimento significativo que passou a atrair mão-de-obra de várias partes do estado e do país. Houve uma expansão das indústrias da cidade, o que contribuiu decisivamente para o seu crescimento populacional e sua urbanização, estando “entre as oito cidades que mais receberam migrantes no período de 1970-1980, juntamente com Florianópolis e Blumenau. Segundo dados do IBGE, em 1970, a população era de 126.058 e em 1980 de 235.812” (Guedes, 1996, p.70).

Desta forma é possível constatar que a história do município não é diferente de outros centros urbanos de médio e grande porte do país. O acelerado desenvolvimento sócio-econômico favorece o aparecimento e expansão da sociedade com contrastes sociais

marcantes, consequência do crescimento desordenado, distribuição de renda desigual refletida na coexistência da riqueza e da miséria.

Devido a este crescimento, que agregou grande contingente de mão-de-obra advindo de uma enorme migração para a cidade que possui hoje em torno de 500.000 habitantes, a partir de 1974, a administração municipal assumiu a responsabilidade de tentar solucionar as necessidades de cunho social, implantando o Programa da Divisão de Desenvolvimento Comunitário, hoje denominado Secretaria do Bem-Estar Social, que alavancou a criação de vários programas de acompanhamento e atendimento à criança e ao adolescente.

A Casa Lar, onde a investigação foi realizada, é um abrigo caracterizado como de permanência breve, sendo que às vezes pode acontecer de haver permanência prolongada¹⁰. É baseado no atendimento de acordo com as necessidades reais de cada criança e/ou adolescente que esteja inserido nesta realidade, numa tentativa de resgatar as figuras parentais de forma substitutiva, provisória e/ou permanente.

A instituição é vinculada a uma instituição religiosa, situada num bairro da periferia da cidade, sendo que, na época, encontravam-se abrigados seis meninos com idade entre 13 e 17 anos. Estes recebiam os cuidados e orientações de um casal, dona Joana e seu Rui, os pais sociais, casados, com dois filhos adolescentes, residentes no local.

Foi possível perceber que a organização da casa era como a de uma casa comum, ou seja, com a distribuição dos cômodos de acordo com a necessidade da “família”¹¹: o quarto do casal, três quartos para os meninos, sendo que um para os dois irmãos, filhos do casal social e os outros dois para cada grupo de três meninos. As atividades realizadas na

¹⁰O ECA prevê dois tipos de abrigo: o breve que é de curto período, desde horas até alguns meses, e o de longa duração, que pode durar anos, até as famílias apresentarem condições favoráveis de responsabilizarem-se por seus filhos novamente, ou surgir a possibilidade de integração em uma família substituta.

¹¹De acordo com Houaiss (2001, p.1304), é um grupo de pessoas que vivem sob o mesmo teto.

casa eram as comuns da vida diária: refeições, ajuda nas tarefas domésticas, realização das tarefas escolares, saídas para ir para a escola, a atividades extras curriculares, ao dentista, ao médico, etc.

As entrevistas foram realizadas na sala de estar em privacidade, à tarde ou à noite, de acordo com a disponibilidade dos meninos, respeitando seus compromissos escolares e pessoais. Participaram da pesquisa seis meninos/adolescentes que estavam afastados de suas famílias, em regime de abrigamento, com idades entre 12 e 17 anos, todos freqüentando a escola e caracterizados como oriundos das camadas populares.

São apresentados a seguir os meninos/adolescentes entrevistados com suas histórias de vida, de acordo com suas falas, levando-se em consideração somente aos dados do conhecimento dos sujeitos sobre si mesmos em relação às suas histórias de vida por acreditar-se que são justamente estes dados que contribuem, primariamente, para a construção da visão de mundo dos indivíduos. Os nomes dos entrevistados foram alterados com o objetivo de salvaguardar suas identidades.

Ricardo tem 14 anos e está cursando a 7ª série do ensino fundamental. É natural de Joinville e está abrigado há mais ou menos um ano porque, após a separação dos pais, a mãe foi embora e, tempos depois, o pai foi detido por ter cometido furto. É o mais velho em uma família de quatro filhos, tendo além dele duas meninas e um menino. A irmã mais nova e o irmão estão na casa de um tio, enquanto a irmã mais velha está abrigada em outra instituição. Conta que às vezes vai passar o fim de semana com os irmãos na casa do tio e que não tem notícias do pai nem da mãe, não sabe onde eles estão. A família é oriunda da zona rural da região, sendo que o pai trabalhava no plantio e colheita de arroz como operador de máquinas agrícolas. Segundo ele, este ficou sem trabalho e, para sustentar a família, passou a roubar. A mãe foi embora, sem motivo aparente, e o pai ficou com os

filhos por um tempo, ficando difícil manter a família. Com as dificuldades, ele e seus irmãos passaram a circular pela família ampliada até que os dois irmãos mais novos foram acolhidos por familiares e, ele e a irmã mais velha, foram levados para abrigos.

Everton tem 15 anos, está cursando a 8ª série do ensino fundamental, é natural de Joinville e está abrigado desde os 10 anos. Foi abrigado por negligência familiar, vivia na rua e passava fome. É o quarto numa família de cinco filhos. O pai é alcoolista, a mãe é doente e o irmão mais velho de 19 anos, portador de HIV, está preso por envolvimento com drogas, armas e roubos. Quem sustenta a família é a irmã mais velha de 18 anos que mora com a mãe e o irmão mais novo de 12 anos, que estuda. Tem ainda uma outra irmã mais velha, que é casada e tem dois filhos. Atualmente está em processo de desabrigamento com perspectivas de voltar para casa em breve, demonstrando não gostar da idéia.

Lourival tem 16 anos, é natural do Paraná, oriundo da zona rural e está cursando a 8ª série do ensino fundamental. Está abrigado desde os 12 anos. Diz não conhecer toda a sua família, apenas dois irmãos, um de 35 anos, que atualmente está preso por envolvimento com drogas e outro, de 21 anos, que não vê há muito tempo porque não se dá bem com ele. É órfão desde um ano de idade, tendo sido criado pelos irmãos. Veio para Joinville após a morte da mãe e do desaparecimento do pai, passando a morar com o irmão mais velho de quem diz gostar muito. Aos doze anos de idade, com a prisão do irmão, ficou sozinho tendo sido colocado em regime de abrigo a partir de denúncias de vizinhos.

Roberto tem 12 anos e está cursando a 4ª série do ensino fundamental. É natural de Joinville e está abrigado há dois anos por negligência familiar. Os pais são separados e ele morava com o pai. Conta que ficava muito tempo sozinho em casa ou vagando pelas ruas porque o pai perdeu o emprego e precisava sair para procurar outro. Não lembra bem como que era em casa quando os pais moravam juntos. Lembra mais de quando já estava

morando com o pai. Diz inicialmente que com o pai era legal, mas quando a conversa evolui mais conta que era ruim, que este batia nele e que achou muito ruim que ele mentiu para a família dizendo que o filho havia morrido.

João tem 13 anos e está cursando a 3ª série do ensino fundamental. É natural de Joinville e está abrigado por negligência familiar há dois anos. Estava na mendicância pelas ruas da cidade quando foi colocado em regime de abrigo. Era um menino de rua e não tinha para onde ir, pois, segundo ele, sua família não o queria mais. Ficou abrigado por um ano até que foi transferido para onde está agora. É portador de distúrbio convulsivo e foi encontrado na rua em um destes episódios. Conta que dormia em pontos de ônibus desde os 11 anos, passando fome, necessidade. É de uma família de treze filhos, os pais são separados e os filhos estão com o pai, devido à vida promíscua da mãe. Esta por sua vez teve mais três filhos com outro homem, tendo falecido dois, um por afogamento e outro por atropelamento. Reclama que o pai não vai visitá-lo.

Adalberto tem 17 anos, está cursando a 5ª série do ensino fundamental. É natural de Itajaí e está abrigado desde os 14 anos. Tem duas irmãs e um irmão, ambos mais velhos do que ele. Foi abrigado por não ter para onde ir. Os pais faleceram quando criança e veio morar com familiares em Joinville. O pai faleceu de câncer e a mãe de alcoolismo. Passou por diversos lugares em condições de negligência e abandono até ser abrigado. Tinha mais proximidade com a mãe do que com o pai. A irmã foi acolhida por uma família e os outros irmãos já são maiores de idade, sendo que um é casado. Conta que o pai é quem cuidava da família, que é quem trazia comida pra casa, cozinava, fazia a comida para os filhos.

Descrivendo a metodologia

Nesta investigação, tive como objetivo buscar os depoimentos de meninos/adolescentes em relação à suas experiências de vida com suas famílias e fora delas, colocando-me como ouvinte de suas histórias, de suas formas de ver e pensar as suas vidas e escolhas em relação a como se idealizam como pais. Como instrumentos de coleta de informações foram utilizados a técnica de entrevista semi-estruturada e o grupo focal, tendo sido construído, para ambos, um roteiro flexível (em anexo), com possibilidades de mudanças, de acordo com a experiência vivida em campo.

O objeto de estudo das ciências humanas e sociais é histórico, isto é, as sociedades constituídas pelo homem existem num determinado espaço, num determinado tempo; os membros que as constituem são mutáveis, suas leis, instituições e visões de mundo são provisórias, passageiras e estão em constante movimento e transformação.

Isso implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação (Minayo, 2000, p. 22).

A entrevista, por si só, é um recurso que possibilita a coleta de informações sobre um determinado tema científico, sendo uma das técnicas mais usadas no trabalho de campo. É uma “conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em

temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (Kahn & Cannel apud Minayo, 2000, p. 107).

Por sua vez, a entrevista semi-estruturada tem como fundo um roteiro, que é como um fio condutor para o pesquisador. É “uma conversa com finalidade, servindo de orientação e não de cerceamento da fala dos entrevistados [...] com vários objetivos: a) a descrição do caso individual; b) a compreensão das especificidades culturais mais profundas dos grupos; c) a comparabilidade de diversos casos” (Minayo, 2000, p. 122).

Esta irá possibilitar uma interação com os sujeitos da pesquisa, como um instrumento facilitador na relação entre entrevistador/entrevistado, por se colocar de uma forma mais aberta, sendo que o trabalho em grupo apresenta-se como um recurso a mais. “Essa estratégia de coleta de dados é geralmente usada para: a) focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas; b) complementar informações sobre conhecimentos peculiares de um grupo, em relação às crenças, atitudes e percepções; c) desenvolver hipóteses de pesquisa para estudos complementares” (Minayo, 2000, p. 129).

Foram realizadas quatro visitas à Casa Lar onde os meninos/adolescentes estavam abrigados. Inicialmente fiz contato por telefone, através de dona Joana que me atendeu prontamente. Expus a ela quais as minhas intenções e marcamos uma data para que eu pudesse detalhar melhor do que se tratava. Marcamos para a semana seguinte nosso encontro.

Ao chegar na Casa Lar, estava à minha espera uma jovem senhora, simpática e sorridente demonstrando disponibilidade em ajudar. Neste encontro foi possível conhecer melhor o abrigo e sua forma de trabalho. O clima reinante no lugar era de tranquilidade, com conversas descontraídas aqui e ali. Dona Joana e eu nos sentamos à sala de estar, onde nos aguardava um cafezinho. Assim iniciamos nossa conversa, ela se dispondo a fornecer

as informações em relação à casa e seu cotidiano. Neste primeiro contato ficou combinada minha ida na semana seguinte à instituição, à noite, quando seria apresentada aos meninos. Neste encontro organizei com eles os dias e horários das entrevistas.

Em um primeiro momento tive uma conversa descontraída com cada um deles, tendo como pano de fundo o roteiro da entrevista, sendo que não me ative exclusivamente a este, desenvolvendo a conversa de acordo com o que cada um trazia em sua fala.

Num segundo momento organizei um encontro com cerca de uma hora de duração, com a presença de todos, onde foi realizada uma discussão em grupo, como um instrumento complementar às entrevistas. As entrevistas foram gravadas e o grupo focal foi filmado, com autorização prévia por escrito, através de documento de consentimento esclarecido dos entrevistados, sendo transcritos posteriormente para a análise do material.

Para a análise do material obtido nas entrevistas, foi empregada a análise temática de conteúdo, técnica desenvolvida a partir da Primeira Guerra Mundial como um instrumento de análise da comunicação “visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 42).

Na Análise de Conteúdo foi utilizada a análise temática, que alude à noção de tema, que “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 1977, p. 105) ou ainda como “uma unidade de significação complexa de comprimento variável, a sua validade não é de ordem lingüística, mas antes de ordem psicológica. Podem constituir um tema, tanto uma afirmação com uma alusão” (Unrug apud Minayo, 2000, p. 209).

Nesta pesquisa tentou-se compreender o movimento dinâmico, histórico e cultural das significações que os sujeitos expressaram. Minha escolha por este método deve-se ao fato de eu acreditar ser ele o mais estratégico para a compreensão da realidade investigada, isto é, “é um instrumento privilegiado para se interpretar o processo social a partir das pessoas envolvidas, na medida em que se consideram as experiências subjetivas como dados importantes que falam além e através delas” (Minayo, 2000, p. 127).

Foram estabelecidas previamente duas categorias, na formulação dos roteiros, com a intenção de delimitar aspectos em relação à *Paternidade Vivenciada*, que compreende o pai biológico, substituto e/ou outro homem que pode ser chamado de pai e a *Paternidade Idealizada*, que compreende a vontade de ser pai, a idéia de como um pai “deve” ser e como imaginam que serão como pais.

Capítulo 3

As Concepções de Paternidade

*“ O pai dos anos noventa pode saber tudo sobre como cuidar dos filhos,
aprende observando as tias ou a enfermeira a dar banho, trocar fraldas etc.;
e sabendo como fazer
deixa que as mulheres continuem cuidando elas próprias de seus filhos
Ubehaum, S. G. (2000, p. 10).*

A epígrafe fornece indicações de “há quantas iam” os homens/pais dos anos noventa. Já foi possível vislumbrar o que aconteceu até então, mas alguns questionamentos ainda se fazem presentes: De lá para cá como estão as coisas? Em pleno início de um novo milênio, como será que meninos/adolescentes se vêm no exercício da paternidade?

Uma breve retomada histórica faz-se necessário, a fim de atualizar os fatos e facilitar a leitura. Durante muito tempo a maternidade foi considerada o ponto central do desenvolvimento infantil nas teorias psicológicas, com um grande enfoque na relação mãe-criança. Esta era vista de forma descontextualizada, como um fenômeno natural, com um fim em si mesmo, descolada de um processo de construção sócio-histórica.

e contribuindo para a caracterização e difusão da figura de uma “mãe ideal”, sempre objetivando as melhores condições para os filhos e negligenciando as necessidades da mulher-mãe. É uma visão impregnada pela ideologia do instinto materno e do sacrifício: depois da maternidade, não interessa mais a mulher, só a mãe a serviço do filho (Trindade, 1998, p. 139).

Em relação à paternidade, até meados da década de 70 o pai era visto como provedor, excluído das teorias psicológicas. De acordo com Trindade (1998), a literatura que norteou a formação de muitos dos psicólogos hoje em atividade, “apenas reproduzia a concepção dos papéis parentais tradicionais, fundamentada no modelo tradicional das diferenciações de gênero, contribuindo para a sua naturalização” (p 141).

Foi a partir de meados da década de 70 que os estudos sobre a paternidade começaram a surgir, sendo que na década de 80 consolidaram-se as pesquisas sobre as “novas paternidades”.

O desenvolvimento sócio-histórico das concepções de paternidade e de maternidade engendrou o que atualmente é chamado de “modelos tradicionais de paternidade e de maternidade”. Nestes se presumia, ou se presume até hoje, que “os papéis do pai e da mãe são imutáveis, biologicamente determinados, construindo as bases para os estereótipos do pai provedor-protetor ou o líder instrumental, e da mãe exclusiva responsável pelo desenvolvimento “normal” dos filhos ou a líder expressiva-afetiva da família” (Trindade, 1998, p. 150).

Aos homens é destinado o lugar do provedor no modelo hegemônico de masculinidade: branco, heterossexual, ativo, rude, agressivo e dominante, experimentado como incoerente com relacionamentos humanos de cuidado. É um “processo pelo qual os homens chegam a suprimir toda gama de emoções, necessidades e possibilidades, tais como o prazer de cuidar dos outros, a receptividade, a empatia e a compaixão”. Isso caracteriza a alienação do homem: alienação de sentimentos e afetos (Lyra & Medrado, 2000, p. 150).

Como já dito na introdução, ainda parece haver lacunas nos estudos e nas investigações sobre a paternidade em estudos de gênero, visto seu recente advento na

história do mundo ocidental. O trabalho de Ubehaum (2000), intitulado “Experiência Masculina da Paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens de camadas médias” é uma investigação sobre as relações que certos homens estabelecem no espaço familiar, decorrentes da experiência de ter um filho. Trata-se de um estudo sobre o que a autora denominou de o exercício da “*paternagem*”, entendido como o ato de um homem/pai “cuidar dos filhos, de ampará-los”. Segundo ela, este é um termo êmico, próprio das ciências sociais, e reponde mais a uma tradução literal a partir de textos americanos, não constando inclusive nas versões mais recentes dos dicionários da língua portuguesa (Ubehaum, 2000, p. 15-16).

Desta forma, na tentativa em contribuir para os estudos sobre a paternidade, surge a curiosidade em descobrir quais as concepções de paternidade de meninos/adolescentes e como estes se idealizam como pais. O termo concepção de acordo com Houaiss (2001) é “1 – o modo de ver ou sentir, ponto de vista, entendimento, noção; 2 – maneira subjetiva de ver e entender o mundo, especialmente as relações humanas e aos papéis das pessoas e o seu próprio na sociedade”.

A expressão “concepções de paternidade” nesta investigação alude a forma como os meninos/adolescentes se vêem, se sentem e se entendem no papel de pais, consigo próprios e perante o grupo ao qual fazem parte, podendo ser compreendido também como valor, representação ou significado de ser pai.

Os valores, as representações, enfim, as primeiras significações das quais o sujeito apropria-se são as que circulam nas e através das relações entabuladas no contexto familiar. As famílias e seus membros constroem representações acerca de si próprias e das(os) outra(os), bem como respaldam-se numa hierarquia de valores

apropriados de seu contexto histórico-social. As representações, associadas ao conjunto de valores e sua configuração, atuam de maneira dinâmica na conformação das relações internas e externas à família; são determinadas pelas relações sociais mais amplas, mas são, ao mesmo tempo, delas constituintes. A mediação que a família exerce depende, portanto, de sua localização na estrutura social e da maneira pela qual seu funcionamento interno reflete o da esfera mais ampla (Siqueira, 1997, p. 35).

A partir das falas dos meninos/adolescentes, de acordo com as categorias de análise, descritas anteriormente, “Paternidade Vivenciada” e “Paternidade Idealizada”, foi possível detectar em ambas alusões à “Paternidade Tradicional” e às “Novas Paternidades” que apontam os estudos desta área.

A “Paternidade Tradicional” de acordo com Gilmore (apud Infesta Dominguez, 1998, p. 245), é uma concepção ancorada no discurso moral, denominado de “Homem Onipresente”, o que caracteriza a “verdadeira” virilidade dos homens, isto é, uma concepção baseada em critérios de atuação do homem prenecedor/ protetor/provedor, compreendido como o homem que é capaz de engravidar uma mulher, proteger seus dependentes e manter seus familiares. É o chamado ‘homem universal’, detectado no ideário coletivo como um modelo de homem predominante, construído histórico-socialmente.

Já “As Novas Paternidades” aludem aos lugares ocupados pelos homens/pais no cuidado efetivo de seus filhos no cotidiano familiar, tanto na distribuição das tarefas da casa como em sua presença afetiva junto aos filhos.

A paternidade tradicional

Em seu livro Hurstel aborda a paternidade contemporânea como esta sendo vivida sob o signo da ruptura. Diz ela: “Tornar-se pai” é fazer surgir seu próprio pai, as relações com a mãe de sua infância e a função paterna tal com seu próprio pai – ou substituto – a exercia” (Hurstel, 1999, p.82).

A autora aponta mudanças, evoluções e transformações nas vivências de pais para filhos, apresentando um resgate histórico do século XX, após a Segunda Guerra Mundial. A alusão a um pai substituto suscita a compreensão de “paternidades” alterando a crença de que pai é um só.

Para ela a paternidade tradicional é um processo que se encontra em desconstrução: novas formas de paternidade se colocam em prática e, a partir disto surge o questionamento: Estaria em gestação a criação de um novo espaço paterno?

Através dos relatos dos meninos/adolescentes, sobre suas histórias, foi possível identificar de forma marcante, alusões à “Paternidade Tradicional” relacionada ao chamado “Homem Onipresente”, assim como nas idealizações de paternidade, conforme os quadros que se seguem:

Paternidade Vivenciada
Pai biológico
Pai substituto
Outro homem que pode ser chamado de pai

Paternidade Idealizada
A vontade de ser pai
Como um pai deve ser
O pai que imagina que será

O homem prenhador

Todas as organizações grupais constroem normas e formas de atuações para os comportamentos dos indivíduos que as compõem. As sociedades ocidentais em seu processo histórico-cultural têm estabelecido, para os indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino, formas de comportamento baseadas em estereótipos, freqüentemente rígidos, que condicionam seus papéis sociais.

Para os homens uma das ênfases têm sido no aspecto profissional e sua relação com o reconhecimento da virilidade masculina. Mercadante (1992) ao analisar o fenômeno da adoção, afirma que enquanto para as mulheres a infertilidade é vivenciada como uma frustração, para os homens mostra-se como um trauma, devido à cobrança social em relação à virilidade. A noção de virilidade está associada ao fato de que, para ser um homem este deve engravidar uma mulher.

Os homens durante muito tempo ficaram fora da esfera dos cuidados com as crianças e das discussões sobre concepção/contracepção. Este quadro tornou-se insustentável na atualidade, conforme já apontado anteriormente, pois há a necessidade de envolvê-los nos programas públicos de saúde reprodutiva, devido ao poder que as pesquisas têm apontado sobre as negociações em relação à forma e ao ritmo das relações sexuais entre casais heterossexuais. São os homens que ainda têm o maior poder de decisão (Garcia, 1998).

Ao serem perguntados se seus pais poderiam ser chamados de pai, os meninos/adolescentes responderam:

“Ele pode ser chamado de pai sim, pra mim eu acho, porque foi ele que me fez. Não só por causa disto, mas ... ele me fez e ficou lá” (Ricardo).

“Ele merece ser chamado de pai...porque foi ele que me criou, se não fosse por ele eu não estaria aqui como eu estou agora”(João).

“O meu pai?...Pode ser chamado de pai sim...porque eu acho que foi ele que me botou no mundo... ele que me deu uma vida...acho que ele merece...” (Adalberto).

As respostas denotam que o fato de terem sido feitos por seus pais é condição suficiente para serem chamados de pai. Eis a concepção de homem prenador.

Para Nolasco (1993), muitos homens têm filhos como se estivessem cumprindo mais uma etapa de suas vidas, reafirmando sua virilidade ou esclarecendo dúvidas sobre sua identidade sexual. Ter sucesso financeiro e ter a intenção de ser bom pai e um bom marido seriam elementos básicos, que definiriam para um homem o caminho rumo à paternidade, condição esta que raramente se definiria da partir de necessidades internas.

Quando perguntado aos meninos/adolescentes se tinham intenções de terem filhos, estes responderam:

“Claro... eu queria ter um ou dois filhos só... uma menina e um menino... É bom ser um pai mesmo, um pai de verdade. Ter um filho né... é porque é uma oportunidade de ser pai, ter a minha família mesmo... É uma oportunidade ser pai...pra ser um pai mesmo... eu queria ser um pai pra um filho... assim... ter um filho assim como uma oportunidade” (Everton).

“Bom ser pai é uma felicidade muito grande né?... é um orgulho ter um filho...ver um filho nascer...oh esse é meu filho...não sei se quero...acho que sim...falar assim de ter um filho...ter um orgulho...” (Adalberto).

As declarações de que ser pai é como uma oportunidade, é uma situação que causa sentimentos de felicidade e de orgulho por ter um filho parecem estar relacionados com a questão da virilidade e da hombridade citados acima.

Fuller (1998, p. 66) declara que “a paternidade consagra a hombridade adulta. Significa fundar uma família na qual um homem é responsável. O jovem se transforma em pai e chefe de família: o centro de um novo núcleo social”. Diz que as populações estudadas por ela estabelecem o vínculo entre pais e filhos como uma dimensão fundamental da verdadeira hombridade, que se define pela responsabilidade e a capacidade de dar de si.

O homem provedor e protetor

Os homens como autores e vítimas da história que os coloca ou no lugar de incapazes de cuidar dos outros, ou que isto não é tarefa de “um homem de verdade”, passam a acreditar e a se identificar com estes lugares, restando-lhes as opções de serem provedores e/ou protetores de seus filhos.

A questão de prover uma família relaciona-se com o trabalho, mas este não é apenas um elemento de sobrevivência. É, sobretudo, a atividade pela qual o homem se hominiza,

ao mesmo tempo em que produz a realidade social e a história. Neste processo de hominização é o trabalho o “elemento indissociável da identidade masculina, fonte de orgulho quando lhes garante a manutenção do papel de ‘provedor’” (Siqueira, 1997 p.139).

Como já contextualizada, a população investigada é de meninos em regime de abrigo, o que significa que suas histórias são marcadas pela privação do atendimento básico de suas necessidades, enquanto seres humanos. Pode-se detectar, através de suas falas que as categorias de *homem provedor* e de *homem protetor* estão associadas entre si: prover é proteger, isto é, ser um homem/pai protetor é ser um homem/pai provedor.

Ao serem perguntados sobre a vontade de ser pai, Ricardo declara:

“Não quero ter filhos... posso me casar, mas não quero ter filhos. Eu acho meio ruim...dá mais trabalho...Quem era meu pai? Meu pai não tinha condições, daí não pode ter filhos quando não tem condições. Pra ter filhos tem que se esforçar mais...Tem que estar sempre mais presente...gasta um pouco mais, daí tem que ganhar mais” (Ricardo).

Ricardo tem uma história de grandes privações, assim como todos os outros meninos/adolescentes entrevistados. É oriundo de uma família de agricultores, que devido aos grandes avanços do mundo tecnológico, foi mais uma vítima do êxodo rural-urbano. Sua mãe foi embora quando o pai perdeu o emprego e este, como saída, começou a furtar para sustentar os filhos. Através de sua declaração ser pai é uma responsabilidade que relaciona-se com o aspecto econômico conjugado/associado à disponibilidade/presença do pai.

Diz ele, ainda:

“Ele precisou roubar, não estava conseguindo trabalho, não estava dando certo. No total eram seis pessoas que tinha que alimentar, aí não tinha como... ele começou a roubar. Ele roubava...e ele trazia alimento pra casa”(Ricardo).

Ele associa o papel de pai ao de homem provedor e não querer ter filhos pode ser um indicativo de que imagina que não vai dar conta, como aconteceu com seu pai.

Hurstel (1999) descreve o que ela chama de pai carente como o que “pode ser dito de um homem considerado “absolutamente faltoso”, em sua paternidade, em seu papel paterno ou, ainda, “que não deixe nada” a seus filhos [...] A noção de “carência paterna” e as imagens de pais ruins, fracos, alcoólatras ou ausentes constituem a modalidade imaginária mais importante sob a qual a lei se faz conhecer pelos membros do grupo social que rege” (Hurstel,1999, p. 118-119).

O que Ricardo declara difere dos dados apresentados por Infesta Dominguez (1998) e Arilha (1999). Na primeira todos os adolescentes entrevistados manifestaram seu desejo de ter filhos em algum momento de suas vidas, e isto dependeria fundamentalmente da situação econômica em que se encontrariam no momento de tomar tal decisão. Na segunda, todos os adolescentes de ambos os sexos, expressaram a idéia de paternidade e que esta está relacionada com uma responsabilidade maior, que viria com a maturidade e com o casamento.

Ambas as pesquisas foram realizadas ou com adolescentes dos extratos médio/alto como é o caso da primeira, ou com filhos de operários, no caso da segunda, o que indica que os adolescentes tinham um pai com uma fonte de renda garantida. Seus pais tinham um

trabalho, tinham como sustentar suas famílias. Já a história de Ricardo é marcada pela miséria. Não querer ter filhos é uma garantia de não reproduzi-la.

Arilha (1999) relata que, “no caso do Brasil, as mudanças nas políticas macroeconômicas têm provocado alterações no mercado de trabalho, com consequências importantes para os homens, como baixos salários (ou até mesmo desemprego). Estes são fatores adicionais que reforçam a indicação de que há necessidade de maior compreensão dos possíveis novos significados das relações” (Arilha, 1999,p. 465).

Por outro lado, ao ser perguntado sobre o que um homem deve fazer para ser chamado de pai, revelou também uma concepção de paternidade baseada nos critérios de provedor/protetor, como é possível constatar através de sua fala:

“Ah! Dar educação, conselho... dar presente... ir nos lugares que o filho precisa...nas reuniões da escola por exemplo” (Ricardo).

Dar educação, conselhos, ir à escola, dar presentes ao filho é o que um pai que sustenta e protege sua família, faz. Para isto, ter uma fonte de renda é fundamental, possibilita pensar em ter filhos. O sentido de homem provedor aqui é mais do que o apresentado por Gilmore (apud Infesta Domingues, 1998). Quer dizer da satisfação de necessidades básicas como alimento, abrigo e proteção.

Assim, é possível recorrer à distinção feita por Vygotsky entre significado e sentido: o significado de homem provedor propriamente dito, refere-se ao sistema de relações objetivas que se formou num processo de desenvolvimento histórico-cultural da burguesia. O núcleo relativamente estável de compreensão do termo é compartilhado pelas pessoas que o utilizam, ou seja, a população pertencente a este extrato. O sentido de provedor no

caso de Ricardo e de tantos outros meninos em condições semelhantes à sua, refere-se ao significado de acordo com suas histórias, composto por relações que dizem respeito às suas vivências efetivas no mundo. A associação masculinidade-trabalho exige que se busque uma compreensão mais profunda dos papéis sexuais e de estratificação.

As declarações dos outros sujeitos em relação a seus pais sugerem as mesmas concepções apresentadas até agora:

“As veiz quando ele trabalhava, ele trabalhava também, foi legal quando ele trabalhava, foi legal...ele tinha uma carroça e um cavalo...catava papelão...assim era amor de pai porque ele ajudava a família...Ah...o meu pai assim...eu adoro ele né?...se fosse aquela vida, aquela união dele...nós todos...a família toda assim...nós nos unia, ficava aquela força assim...” (Everton).

A possibilidade de trabalhar é o que trazia a força e a união à família. Ter um trabalho era ter possibilidade de proteger os filhos.

Nas sociedades ocidentais, os papéis de gênero que tradicionalmente são considerados adequados para os homens são o de trabalhador, principal provedor econômico do lar, chefe de família e líder da comunidade. Estas atividades são assumidas pelos homens porque respondem a características específicas da personalidade masculina, tais como firmeza, confiança em si mesmo, valentia, competitividade e independência (Infesta Dominguez, 1998, p. 241).

Para além da questão das características do estrato social da população investigada, pode-se afirmar que a única possibilidade de paternidade como um dos responsáveis pela prole, presente no discurso dos sujeitos, é o do pai da tradicional família burguesa. Como

nas falas que de João e Adalberto: o “esforço” e a “ajuda” a que eles se referem que os seus pais tentavam para atender seus filhos, distante de suas compreensões, não dependia somente dele como indivíduo e sim de todo um contexto bem mais amplo e mais complexo que relaciona-se com um modelo de sociedade como a nossa promotora de exclusão social.

“O que eu acho mais legal é que ele tá se esforçando pra parar com tudo...é isso que eu acho...ele bebe...daí não trabalha...ele cata papelão... ele não tem condições... ele não tem condições financeiras” (João).

“Não sei, ele era um cara legal, ele trabalhava...ele pescava de noite, trazia peixe pra casa, fazia com pirão, e a gente comia...daí ele chegava em casa e acordava todo mundo: aí negada vamo acorda, vamo comê...chegava com um prato com o peixe na mão...com pirão e a negada comia...ele trazia comida pra casa...Ele via a gente sofrendo...ele tava querendo ajudar mas não...” (Adalberto).

Roberto ao relatar como era seu pai traz uma conotação que indica o lugar do pai como “fora da casa”, levando-o ao parque, deixando brincar na rua. É o papel do pai como aquele que insere o filho no mundo público. Conforme sua fala:

“O meu pai era legal comigo...às vezes ele me levava no parque ele me deixava brincar na rua com os meus amigos” (Roberto).

“Em geral, a atuação do pai é definida como extradomiciliar, e a princípio não é equiparável a atividades que visam atender certas necessidades infantis [...] que as

mães estão habituadas a enfrentar em seu dia-a-dia, trabalhando fora ou não. Aquele pai poderia ser descrito como o encarregado de inserir a criança no espaço “fora da casa”: leva-a à escola, para passear, brincar no parque, cortar o cabelo, enquanto a mãe provavelmente a ensina a portar-se à mesa, a cuidar da higiene corporal, a lidar com as tarefas escolares (Ubehaum, 2000, p. 14).

Já ao serem perguntados se conheciam um homem que poderia ser chamado de pai, além do seu, responderam:

“O Jorge (referindo-se ao administrador da casa lar) ...o jeito que ele é com o filho dele...como ele trata a mulher dele...o trabalho dele...” (Ricardo).

“Se eu já vi gente assim? Eu já vi gente acordando de madrugada pra trabalhar, acordar bem cedo pra trabalhar...assim como um bom pai...daí voltava de noite oito horas. Ah! Onde eu morei tinha um vizinho. Ele tinha carro, trabalhava, ia trabalhar de carro, de manhã acordava cedo...trazia dinheiro...comprava as compras...batalhava lá...O meu cunhado né...ele é pai, aí ele trabalha se esforça bastante, ele é um pai, ele é caminhoneiro, viaja pra qualquer lugar, aí depois ele traz dinheiro vai comprar comida pros filhos...ele trabalha como um pai mesmo, ele é um pai assim que ajuda a família, traz comida pra casa, traz comida pros filhos” (Everton).

“O marido da minha prima...ele é um cara calmo, trabalhador, um cara honesto...ele é uma pessoa querida, todo mundo gosta dele, eu gosto dele... ele é bem sucedido na

sociedade...ele é um bom pai pros filhos dele...ele é um cara trabalhador...”
(Adalberto).

Nas falas de Adalberto, Everton e Ricardo identifica-se a concepção do homem provedor, como aquele que vai para a rua ganhar a vida, “sua função é discutida enquanto modelo do mundo exterior, seu domínio é a rua e a cultura” (Souza,1994, p 65).

Por outro lado, João expressa uma concepção de protetor, com um sentido de “cuidar” dele quando esteve doente, associado ao provedor, isto é, se refere ao administrador da Casa Lar como tendo “condições” de levá-lo ao médico, como é possível visualizar:

“Tem outro... o Jorge, ele se preocupa comigo, uma vez que eu estava com febre ele me levou no médico...ele compartilha as coisas com nós...ele conversa com nós...ele...se a gente está com alguma dificuldade ele vai lá e procura alguém pra ajudar. Se não fosse por ele eu também não estaria aqui...eu tentei várias vezes sair daqui...mas se não fosse por ele eu não estaria mais aqui...eu sou o único aqui que já morou na rua...eu tenho mais um irmão que tá na rua..” (João).

Ao idealizarem-se como pais, os sujeitos declararam ter intenções de terem filhos, com uma ênfase no homem provedor e protetor, como segue:

“Vou trabalhar...trabalho é importante...eu sempre quis trabalhar... comprar roupa pros meus filhos...o que a minha esposa pedir eu vou comprar...vou trabalhar...vou suar...vou atrás do meu dinheiro... a decisão de ser pai...a responsabilidade... em

primeiro lugar tem que ter a tua responsabilidade, não adianta querer ser pai e não ter um lar, não ter um pão, um emprego fixo, e o filho fica pelos cantos por aí... tem que pensar bem...muito bem... ter condições” (Everton).

“Claro!!! Eu penso em ser pai um dia. Eu vou tentar...dar o melhor pro meu filho” (Lourival).

“Eu quero ser pros meus filhos um pai que eu não tive. Quero dar o melhor pra eles, tenho que trabalhar. Quero ser advogado. Eu estou estudando...tem que ter um emprego fixo senão...” (Roberto).

“O que eu nunca vou fazer é que não vou deixar ele” (João).

Everton, Lourival, Roberto e João têm histórias difíceis na convivência com seus grupos familiares. Suas histórias são marcadas por homens/pais alcoolistas, negligentes, ausentes e violentos e, mesmo assim, estes meninos/adolescentes se idealizam como pais presentes, trabalhadores, protetores de seus filhos. Suas declarações parecem ir contra ao que afirma Souza (1994) sobre o que tem observado que acontece na contemporaneidade em relação ao exercício da paternidade. Ela diz que “hoje é freqüente a queixa de que não se consegue ser um ‘bom pai’ porque se foi filho de um pai ausente. Os homens parecem estar avaliando o seu próprio pai segundo o ideal de presença atual, de seus filhos e sentem-se carentes, privados, espoliados, quando não justificados” (Souza, 1994, p. 6).

A mesma autora em sua pesquisa, afirma que a responsabilidade do sustento da família para os homens, se intensifica com o nascimento dos filhos. Ela diz que pode-se pensar que a paternidade deva ser conquistada pelos homens, pois as sociedades ‘tradicionais’, “novamente parecem ter atentado para esta necessidade, buscando através de ritualizações, condutas que fixassem a relação entre o homem e a paternidade” (Souza, 1994, p 67).

Os entrevistados ao declararem o que um homem precisa fazer para ser considerado um pai de “verdade” explicitam uma concepção de homem provedor, conforme é possível constatar em suas falas:

“Pra ser considerado pai... é o pai trabalhar, e comprar o que é pro gasto do filho.

Penso em ser pai sim. É trabalhar...quero ter um filho...mais do que um dá muito trabalho” (João).

“Arranjar um trabalho, sustentar a sua família, cuidar dos seus filhos, da sua mulher e dar amor né?...É uma pessoa querida que não maltrata, que não fala mal, que não leva tudo na ignorância...pretendo ter ao meu filho muita paz...muita segurança” (Adalberto).

“Eu acho que um verdadeiro pai...um pai memo, contribui com a família...Ir trabalhar, acordar de manhã, cedo, a família alegre ver ele trabalhando...sair de manhã e chegar de noite assim...em casa e o jantar está pronto pra ele, ele chega cansado do trabalho vai tomar banho, chega bem cansado vai jantar, morto da fome, a janta tá pronta na mesa, assim...” (Everton).

Medrado (1998) aponta em sua investigação sobre as imagens e os textos que, em geral, compõem a configuração das cenas e mensagens veiculadas pela mídia em relação a figuras paternas, que

parecem estar arraigadas ainda ao que há de mais constante e tradicional no imaginário social, aos modelos de relações sociais [...] os repertórios sobre masculinidade que compõem as mensagens publicitárias associam-se, quase exclusivamente, a um padrão heteroerótico de relação e apontam para uma configuração tradicional de relacionamento em que há uma excludente divisão de papéis: homem como provedor-protetor ou líder instrumental da família e a mulher como dona-de-casa, dependente, afetiva e líder expressiva da família (Medrado, 1998, p. 156).

O papel do pai no modelo da tradicional família burguesa ficou restrito à provisão material de homem provedor/protetor ou “o líder instrumental da família”, de acordo com as palavras de Lyra & Medrado (2000 p. 156).

Em seu trabalho Souza (1994) ao questionar por que os homens não se responsabilizam pelos cuidados das crianças, responde que a defasagem entre presença e responsabilidade dos homens/pais está associada à dimensão econômica, que esta é socialmente reconhecida e valorizada e que “embora muitas vezes homens e mulheres sejam hoje em dia responsáveis ambos pelo sustento do grupo familiar, ainda é possível sustentar o argumento de que socialmente espera-se que o homem seja o principal provedor e o chefe da família” (Ubehaum, 2000, p. 47).

A Paternidade em Transição: o “homem educador”

Uma outra categoria que aparece nas falas dos sujeitos entrevistados é a de “homem educador”. Esta não pode ser compreendida como pertencente à chamada “Paternidade Tradicional”, nem às “Novas Paternidades”. Na realidade o critério de “homem educador” contempla tanto o modelo do “homem protetor” como o de “homem cuidador”, isto é, parece estar na intersecção destas duas formas de paternidade, passando a ser denominada aqui de “*Paternidade em Transição*”.

Como destaca Lamb (1997, p.11) “ao contrário da idéia de um instinto materno, as capacidades parentais são geralmente adquiridas na luta, tanto pela mãe quanto pelo pai”. Este autor parece reportar-se a noção da não naturalização do que é ser mãe ou ser pai, pois homens e mulheres ao adquirirem estas capacidades no cotidiano com seus filhos constroem estes papéis historicamente.

É possível visualizar no quadro abaixo as alusões detectadas nas falas dos sujeitos entrevistados em relação ao modelo do “homem educador”, reunidas de acordo com a semelhança de sentido¹².

¹² A semelhança de sentido refere-se a termos compreendidos como sinônimos.

Homem educador
Autoridade
Consciente
Conselheiro
Honesto
Instrutor
Modelo
Orientador
Respeitador
Responsável

Vários autores têm apontado que os homens têm declarado sentirem falta do seu próprio pai nas suas vidas de forma mais próxima, com contato físico e afetuosos. Isto parece indicar uma vontade/desejo/aspiração de um novo caminho para a paternidade. “O velho e o novo ainda se confundem, se sobrepõe ou às vezes se antagonizam” (Souza, 1994, p 86).

A categoria de “homem educador” está relacionada a um tipo de homem/pai que se preocupa com os filhos, que é autoridade, ao mesmo tempo em que é próximo, responsivo e afetivo; que é consciente de seu papel de educador, instrutor, orientador e conselheiro. É um homem/pai responsável pela formação de seus filhos, preocupado em ser um modelo moral de honestidade e respeito.

Os trabalhos realizados por Lamb (1997), demonstram que os homens hoje estão mais envolvidos com os cuidados dos filhos, principalmente em atividades de lazer, gastando até mais tempo do que as mães nestas atividades. No entanto, Souza (1994) aponta como eles ainda não assumem outras responsabilidades em relação a estes, isto é,

não respondem por suas necessidades de cuidados médicos, escolares, cuidados quando ficam doentes. Para a autora, eles ainda não abrem mão das próprias atividades para responder às demandas da criança na família.

Há uma indeterminação cultural quanto às formas de conduta para os homens, além daquelas diferentes do macho bem-sucedido e chefe-provedor. As grandes transformações provocadas pelos movimentos feministas propiciaram a aceitação, por parte dos homens, do sucesso profissional das mulheres, mas ainda parece difícil aceitarem a tarefa de atender as necessidades de cuidados das crianças naquilo que as mulheres têm se dedicado. Isto parece ser coisa só para elas. Proximidade e afetividade, para muitos homens, ainda são comportamentos vistos como constrangedores.

O termo “homem andrógino” é citado por Ubehaum, (2000) para descrever o homem que corporifica elementos masculinos e femininos, mas atenuados de seus atributos mais radicais. Esta autora diz que este modelo de homem tem sido um modelo que “tem alimentado mais a criatividade de diretores e atores, de escritores e publicitários do que fundamentado o homem concreto, em particular o homem heterossexual”. (Ubehaum, 2000, p. 33).

Pode-se perceber através dos relatos de Ricardo, Lourival, Adalberto, Everton e Roberto que este modelo de paternidade está, de uma ou de outra forma presente em suas histórias:

“Ele me deu um pouco de educação, me ensinou algumas coisas... ele trabalhava um pouco em mecânica, consertava algumas coisas. Ele me ensinava a mexer em televisão, nas peças, em bicicleta” (Ricardo).

“Então no lugar do meu pai tem o meu irmão. Eu me dou muito bem com ele, gosto dele. É uma pessoa boa honesta. Eu aprendi muitas coisas com ele. Ele esteve sempre do meu lado. Eu gosto muito dele...ele me respeitava...isso que eu acho legal” (Lourival).

Enquanto Ricardo conta que seu pai foi um homem que, na medida do possível, transmitiu o que sabia para o filho, pois era um homem que trabalhava no campo na colheita de arroz, com pouca instrução, Lourival que não teve a presença de seu pai em sua vida, relata que o seu irmão desempenhou este papel como um modelo de respeito e honestidade.

Quando solicitados a expressarem se conheciam algum homem que poderia ser chamado de pai, citaram o administrador da Casa Lar, descrevendo-o como um homem mais presente, “como um pai deve ser”: com atitudes como conversar, dar conselhos, ser “uma pessoa querida”, dar carinho e também ter atitudes de correção, como é possível visualizar através de suas falas:

“Tem outro... o Jorge!!! Aquele que administra aqui. Ele chega aqui, de vez em quando, conversa com a gente, dá bastante conselhos. Quando a gente faz alguma coisa de errado, ele tenta mostrar as conseqüências, dá uns conselhos. Um pai deve fazer isto” (Ricardo).

“O Jorge... ele é legal... ele faz o que é bom pra gente, entende? Por exemplo, umas coisa que eu faço de errado ele diz: não Lourival não é assim,ta errado isso, não deve fazer isso...por exemplo, quando eu queria ir embora, quando eu cheguei

aqui... aí ele chegou e disse: vem cá, vamos conversar direito...fica segurando” (Lourival).

“Conheço... o Jorge... aquele que estava aqui ontem... pra mim ele é uma pessoa legal, tenta ajudar as pessoas... mas ele pode falar um conselho... ele pode dar uma opinião... ele é uma gente muito querida... Ele é legal... ele conversa e quando precisa... quando é uma coisa errada ele diz: não tu fez uma coisa errada ...entende? tem sua hora de carinho e tem sua hora de correção” (Adalberto).

Souza (1994) relata que “é possível pensar numa ampliação da função parental par além do papel de provedor. O comportamento paterno mais ativo é condizente com o modelo do pai moderno. Apesar de envolvidos os pais parecem não se responsabilizarem pelo cuidado [...]. Os homens adquirem a competência para cuidar dos filhos tanto quanto as mulheres e esta aquisição, embora positiva, às vezes é temida” (p. 89).

É possível constatar que há uma ênfase na afetividade nos relatos dos entrevistados, quando descrevem como imaginam que serão como pais:

“Ah! Dar educação, conselho...ir nos lugares que o filho precisa, nas reuniões da escola por exemplo. Eu não conheço ninguém assim certinho, certinho...a gente aprende na escola vê na escola muitas vezes... Se acontecesse de eu ser pai eu ia ensinar tudo que o meu pai me ensinou...dar o melhor... dar conselhos para ele quando ele precisar... fazer as coisas certas...ser educativo também...um pai que sabe educar a criança,a pessoa” (Ricardo).

“Saber respeitar o filho, as opiniões dele, daí pode ser chamado de um pai de verdade. Eu quero ter dois filhos, um casalzinho... Vou tentar passar pra eles tudo o que eu aprendi...vou tentar ajudar ele...disciplinar ele de uma forma ideal...dar uma educação boa pra eles, isso que eu me preocupo...eu vejo muitos pais que não sabem disciplinar os filhos...vem com agressão...eu não...aprendi com o Jorge. Se o filho está errado, puxar a orelha na hora certa, depois conversar. Esta é a minha forma certa de disciplinar” (Lourival).

“Um homem pra ser chamado de pai ‘com boca cheia’... ele tem que...ele tem que fugir das drogas em primeiro lugar...tem que falar quando ta sendo errado. Eu pretendo ser um pai bom, um pai cuidadoso, pretendo corrigir o erro dele...não adianta fazer de volta...que se ele tenta fazer de volta tem alguém lá do lado dele. Eu quero ter uns três filhos. Dois meninos e uma menina” (Adalberto).

“Cuidar da minha família mesmo... Se eu vou ser um pai mesmo... vou assim... mostrar o meu interesse de ser pai...e ter um bom jeito de ser pai mesmo...explicar na hora...estas coisas...ter atitude... falar pros filhos pra não fazer besteira, pra não sair sem pedir, pra não aprontar por aí...pra não pegar dinheiro e fazer qualquer coisa com o dinheiro...né...tem que ser tudo na ordem do pai...o que o pai mandar os filhos tem que fazer” (Everton).

“Tem que ser certo... acreditar na gente... se o filho pede para brincar, primeiro ver se ele fez as coisas e se fez,deixar... deixar o filho fazer o que gosta...ajudar a saber

o que pode fazer e o que não pode. Eu penso em ser pai um dia...eu quero ser igual ao meu tio...e quando eles fizerem coisa errada daí sim eu vou ficar brabo...se fizerem coisa errada vou ter que educar e ensinar” (Roberto).

Estes meninos/adolescentes ao se descreverem como serão como pais, expressam concepções de paternidade diferentes da experiência vivida em suas famílias, apontando outros homens com estas características. São homens que de alguma forma chamaram atenção pelas atitudes no cotidiano destes, através de atividades compartilhadas que serviram de elementos de mediações significativas. Apresentam idéias de proximidade e de preocupação com a formação dos filhos, expressando que imaginam que terão atitudes de atenção. Para estes meninos ser pai é ter mais amor, mais alegria, mais responsabilidade, é cuidar para que não falte nada ao filho.

As Novas Paternidades:

o “homem cuidador” e o “homem doméstico”

Dentre os estudos sobre *As Novas Paternidades* os trabalhos de Michel Lamb (1997), apontam que a *nova paternidade* inclui não apenas o suporte econômico da família, a disciplina e o controle, mas principalmente uma participação maior nas atividades de cuidados diretos do bebê, alimentação e acompanhamento ao longo do seu desenvolvimento. Este é um modelo que começa a se tornar cada vez mais visível.

O modelo do “homem educador”, exposto anteriormente, aponta para um tipo de homem/pai mais próximo, responsivo e afetivo com seus filhos, numa clara demonstração de um maior envolvimento com estes, sendo que ainda não assumem o atendimento das necessidades de cuidados tradicionalmente destinadas às mulheres: médico, escola, doenças.

Em seu trabalho Lyra e Medrado (2000) apontam que no Brasil, pouco a pouco a temática da paternidade vem sendo tratada no âmbito das pesquisas acadêmicas e que estas evidenciam, ainda, uma transformação lenta dos valores no plano das atribuições parentais.

Por sua vez, Lyra da Fonseca (1998) relata que se observa

a passagem de uma visão segundo a qual a não-participação masculina na vida doméstica decorreria exclusivamente do ‘machismo’ de cada homem para uma outra em que se procura compreender quais as condições criadas pela sociedade para facilitar ou dificultar o envolvimento de homens na vida familiar” (Lyra da Fonseca, 1998, p. 192).

Nas sociedades ocidentais o cuidado com as crianças foi normatizado como atividade do gênero feminino, e isto leva a uma postura extrema, denunciada já por Corneau (1995), de que as próprias mulheres esqueceram de que se trata apenas de uma norma social, passível de alteração.

Parceval (1986) descreve que estas normatizações em relação aos papéis de pai e de mãe atingem tanto os homens como as mulheres, sendo que estes são enganados pelo sistema de representação dos papéis dos sexos na procriação. A gravidez é legitimada para as mulheres como uma experiência realizadora e até gloriosa, tendo que enfrentar um parto no qual se espera que tenha um bom desempenho, assim como, depois nos cuidados do bebê, seja uma figura onipresente, com a capacidade de intuir tudo o que seu filho

necessita. Ao pai, após o “coito fecundante” é designado um lugar de grande lacuna, recuperando-o somente mais tarde quando o filho inicia sua vida escolar.

Souza (1994) em seu trabalho constata que “os pais cuidam mais dos bebês e crianças pequenas, fazendo as mesmas coisas que as mães. É a presença paterna e a qualidade do contato pai-criança que facilita o seu desenvolvimento cognitivo e sócio-emocional” (Souza, 1994, p 89).

Em relação às chamadas novas paternidades, foi possível detectar alusões, organizadas em sub temas, de acordo com o que é apresentado no quadro abaixo:

Homem cuidador	Homem doméstico
Amoroso	Arruma as camas
Atencioso	Arruma o armário
Benevolente	Faz as compras da casa
Brincalhão	Faz o almoço
Carinhoso	Faz o café
Companheiro	Faz o serviço da casa
Compreensivo	Guarda a roupa
Dedicado	Lava a louça
Presente	Lava a roupa
Próximo	Lava os sapatos
Que mima	Limpa o quintal
Querido	Organiza a roupa
Religioso	Plantar ¹³

¹³ Plantar é cuidar de uma horta no próprio quintal, atividade comum na região.

O modelo de “homem cuidador”, compreendido aqui como a participação dos homens no cotidiano familiar no cuidado com as crianças, é abordado em relação à afetividade por Lyra (1998) que discute sobre a qualidade das relações dos homens/pais com seus filhos, dizendo que tradicionalmente as mulheres é que têm desempenhado este papel na família, enquanto que os homens são considerados os provedores.

Todos os entrevistados relataram terem tido vivências com homens mais participativos, próximos e afetivos, sendo que nenhum dos entrevistados expressou ter tido alguma vivência deste tipo com seu pai biológico, conforme é possível constatar, através dos relatos:

“O meu avô também, meu avô foi legal, pai do meu pai. Só que agora ele já faleceu. Eu gostava das histórias que ele contava...contava de quando ele era pequeno, as coisas que ele fazia...roubava umas frutas da casa do vizinho...levava tiro de sal...o pai dele dava uns castigos pra ele” (Ricardo).

“Ummmmm... o meu tio...irmão do meu pai... Ele é legal...assim...se ele não tem nada para fazer, ele sai a brincar com a gente...quando ele pega férias do serviço ele vai no campo brincar com nós...ele faz pipa...a bidê...ele anda de bicicleta....aposta corrida comigo...a gente aposta...é sempre ele que ganha...a bicicleta dele é melhor... O Jorge...o próprio jeito que ele trata nós...as vezes ele vem aqui...no fim de semana ...assim nas férias a gente anda com ele, no fim de semana a gente vai na casa dele, brinca com o filho dele, ele leva nós na pizzeria...” (Roberto).

“Eu tava na estufa, daí eles (os pais) se separaram de mim, me largaram, daí um tio meu apareceu lá pra me pegar... foi me buscar depois de um ano...ele me criou...E tem o Jorge...se a gente precisa de remédio ele vai lá e procura uma pessoa pra dar o remédio...ele é uma pessoa que cuida” (João).

“Então no lugar do meu pai tem o meu irmão...Ele me tratava bem, gostava de mim, muito. Ele me agradava” (Lourival).

Através destes relatos é possível detectar, na vida dos entrevistados, a presença de homens que desempenham ou desempenharam atividades tradicionalmente femininas como por exemplo quando Jorge percebe que João está doente e providencia remédio.

Quando solicitados a descrever como acham que um pai deve ser e como imaginam que serão como pais, surge o modelo do “**homem cuidador**”:

“Com os filhos, e com a minha esposa... eu vou ficá... ter um bom interesse de ficar com o meu filho e com a minha esposa. Pelo carinho. Tem que levar os filhos pelo amor, pelo carinho, pela dedicação... mas assim...né...com muito amor e muito carinho...não gritar com os filhos assim né...senão os filhos vão achar ruim...ficar triste...aí vai magoar a família toda.. Eu quero uma família muito feliz, com a minha esposa, uma família alegre...levarei eles pra passear num lugar muito bonito por aí, que nós nunca fomos...sair por aí bem longe...passear com eles...que meu filho goste... ir no Beto Carrero...sair por aí...em São Paulo...pra Portugal...E se for como pai...um pai verdadeiro devia aceitar Jesus... parar de beber e parar de fumar...parar de incomodar a família” (Everton).

“Ahã...Eu penso em ser pai um dia. Dois guri...É bom ser pai porque é pra poder ser diferente de como foi comigo. Eu quero ser igual ao meu tio...vou brincar com eles sempre...vou fazer tudo o que eu não tive...quando eles pedirem as coisas pra mim eu vou dar... Ser pai é ter responsabilidade...dar carinho...amor...compartilhar as coisas com o filho” (Roberto).

Everton fala com entusiasmo quando descreve como imagina que vai ser como pai. Sua intenção é de ser presente e atencioso na vida de seus filhos, um pai, “com muito carinho, muito amor”. Imagina que fará para sua futura família o que não teve em sua história: passear e viajar. É interessante observar também que quando fala de sua idealização como pai, parece haver uma conotação de homem provedor.

Roberto deixa bem claro que quer ser diferente do seu pai. Seu modelo é o tio. Para ele ter filhos é bom porque será uma oportunidade de ser diferente. Ser pai é ser responsável, é dar carinho, amor, atenção.

Estes depoimentos denotam que a internalização de concepções de paternidade podem ser mediadas por outros homens que desempenham o papel de pai, isto é, não se relacionam unicamente com o modelo vivenciado com o pai biológico. Everton e Roberto têm histórias de ausência e de negligência paterna e mesmo assim expressam idealizações baseadas em figuras que representam para eles modelos de homens/pais como é o caso do avô para Ricardo, do tio para Roberto e do administrador da Casa Lar para a maioria dos entrevistados.

Na concepção de Lamb (1997), crianças criadas com ausência paterna apresentam dificuldades de relacionamento e de aprendizagem na escola, com comportamentos mais agressivos do que aquelas que vivem com seus pais. Mesmo que, supostamente, crianças

criadas sem o pai possam enfrentar mais dificuldades que outras, há a necessidade de aprofundar os estudos nesta área, pois a questão da presença ou ausência paterna não basta por si só como elemento explicativo.

A história dos entrevistados com seus pais é marcada pela negligência e abandono e fica claro que este modelo de paternidade não lhes serve. Eles buscam outras formas que sejam mais de acordo com as suas próprias necessidades enquanto filhos, ou pelo menos ao nível de idealização, acreditam em novas possibilidades de se aproximarem dos filhos que querem ter, como no caso de João e Adalberto. Estes expressam de forma semelhante a dedicação para com “seus filhos”, ao imaginarem como serão como pais. O uso dos termos como “compartilhar”, “ajudar” e “fazer companhia” denotam intenção de serem pais próximos, de serem afetivos e terem prazer de estar com os filhos, como ilustram suas falas:

“Vou ver o que ele precisa na escola, pra se divertir com ele...compartilhar com ele ajudar na escola, ajudar no que ele precisa na escola...no que ele precisa...fazer companhia pra ele...ajudar na educação dele, ser um pai mesmo” (João).

“Se alguém chega...um filho...dá atenção”(Adalberto).

O desempenho do papel de pai pode ser expandido através da convivência diária na relação entre pais e filhos, afirma Lyra da Fonseca (1998). Isto faz com que os homens tenham “mais facilidade em prover as necessidades das crianças, e desenvolvam outros tipos de cuidados, além daqueles relacionados aos aspectos físicos propriamente diretos, o que possibilitaria, por fim, benefícios para suas crianças, com uma relação afetiva mais

próxima”. (p. 193). A relação atitudes/papel estaria propiciando novas formas de mediação de homens/pais nos cuidados com seus filhos.

Um outro aspecto emergente nos relatos é o aqui denominado de “**homem doméstico**” para referir-se ao homem que participa das tarefas da casa. Este tema presente nas discussões sobre as “novas paternidades”, foi desenvolvido por Siqueira (1997) em sua tese de doutorado. Trata-se de um estudo sobre um homem adulto, casado e com filhos, que desempenhava tarefas tradicionalmente consideradas como “femininas”, assumindo a organização de sua casa, enquanto sua mulher provia a família com o seu trabalho fora de casa.

Everton descreve um homem que pode ser chamado de pai, dando o exemplo de um vizinho de sua família:

“Um vizinho nosso...limpava o quintal dele...assim estas coisas...o pai, plantava...não bebia...não fazia as coisas que o meu pai faz” (Everton).

Sua concepção de um homem/pai é daquele que participa das atividades domésticas, daquelas já tradicionalmente designadas aos homens: as atividades da rua, como limpar o quintal, colocar o lixo para fora, lavar a calçada, o carro, etc.

Para muitos, as atividades exercidas pelas mães envolvem uma certa habilidade, para as quais os homens não estariam preparados; *elas são especialistas no assunto filhos*. Em geral, a referência para essa idéia de distribuição de tarefas é o trabalho doméstico, que na maioria das culturas ocidentais é realizado pelas mulheres: limpar a casa, cozinhar, lavar e passar roupas, cuidar dos filhos (e isso envolve: dar banho, trocar roupa, alimentar, zelar pela disciplina, acompanhar nas tarefas escolares etc.)

enfim toda a rotina doméstica. O envolvimento masculino na vida familiar é então formulado a partir desses critérios (Ubehaum, 2000, p. 14).

Por outro lado, à medida que Everton vai se descontraindo, durante a entrevista, sua fala evolui mais, expressa outras concepções que diferem do modelo tradicional. Descreve um modelo de homem/pai diferente dos outros meninos/adolescentes, numa declaração acalorada, como a apresentada a seguir:

“Eu sou um cara organizador da minha roupa...organizo bem...faço tudo o que...se tiver um trabalho pra fazer eu faço...posso até reclamar...mas eu faço...eu gosto de arrumar as minhas coisas, as minhas roupas...eu gosto de lavar a minha roupa, separada do outro...gosto da minha cama bem arrumadinha...gosto de lavar os meus sapatos...tudo...sem precisar...pra ser um pai de verdade... sem precisar a esposa dizer: - vai lá marido, vai lá arrumar as camas, as coisas...é que eu sei que a esposa já vai ter muito trabalho pra cuidar dos filhos, daí eu vou fazer o serviço da casa, eu gosto de ajudar a família... vou lá arrumo o armário... lavo a louça pra ela...faço o café né...o almoço...porque eu estou aqui cinco anos... sempre fiz...pode perguntar pro casal...sempre guardei minha roupa, arrumei o meu armário” (Everton)

No trabalho de Infesta Domingues (1998), ela relata que os adolescentes manifestaram ter representações mais tradicionais sobre os papéis de gênero em relação à divisão sexual de trabalho e, devido a isto, é possível comprovar que efetivamente a relação família e gênero é fundamental. Com isto detectou uma relação muito estreita entre o modelo de gênero transmitido pela família de origem, fundamentalmente através dos papéis que desempenham seus membros, assinalando que “as informações recolhidas indicam que

a divisão de papéis instaurada na família não é tão decisiva na transmissão de valores de gênero como o fato de que o papel efetivamente desempenhado por cada membro coincida com aquele idealmente desejado para si” (Infesta Domingues, 1998, p. 247).

Everton que tem uma história difícil com sua família, com modelos parentais negligentes e ausentes, parece fazer as suas próprias escolhas ao se idealizar como pai. Sua concepção de paternidade é baseada tanto no modelo de homem/pai que inclui a sua participação nas tarefas domésticas, tradicionalmente designadas às mulheres, como também estão presentes em seu discurso, conotações do homem como ajudante da mulher vista como a responsável pelo espaço da casa. Isto fica claro quando declara que vai fazer as tarefas da casa “sem precisar a esposa dizer”. Há uma conotação de que é a mulher que detém este poder sobre a casa e sobre as crianças, com a responsabilidade maior como mãe: “é que eu sei que a esposa já vai ter muito trabalho pra cuidar dos filhos, daí eu vou fazer o serviço da casa, eu gosto de ajudar a família”.

Trindade (1998) aponta que

a cristalização dicotômica dos papéis/atividades masculinos e femininos no contexto da família fica bem evidente na forma como é utilizado o verbo ajudar. Quando a mulher trabalha fora está “ajudando o marido”, quando o homem trabalha dentro está “ajudando a mulher”. Extraí-se daí um significado claro: a responsabilidade real pela manutenção da casa é do homem, e pelas atividades domésticas é da mulher. Quando o(a) companheiro(a) se envolve nas atividades do(a) outro(a), apenas como colaborador(a) (Trindade, 1998, p. 143).

Siqueira (1997) afirma que muitos estudos contemporâneos apontam a permanência de valores tradicionais e padrões patriarcais entre as famílias brasileiras dos estratos populares, mas lembra que autores como Fonseca (1992) mostram que os padrões e as

estratégias adotadas em termos de organização e dinâmica familiares são bastante diversificados. Diz que

embora o indivíduo se construa no social, ele se constrói, enquanto sujeito, através de uma história não sendo assim uma simples encarnação do grupo social ao qual pertence e que os sujeitos concretizam suas relações sociais de maneira extremamente variada não apenas em função do contexto atual, mas também das histórias pessoais, nas quais sentidos singulares foram atribuídos às vivências, num interjogo ininterrupto de vozes que povoaram e povoam sua existência (Siqueira, 1997 p.130).

O que se pode afirmar, a partir da declaração de Everton, é que mesmo que a paternidade expressada por ele seja uma idealização, ao elaborá-la, expressa um modelo diferente das figuras de sua história pessoal, fazendo novas escolhas. Isto vem ao encontro do pensamento dos diversos autores apresentados: há indícios de que está ocorrendo, mesmo que lentamente, uma mudança nas relações de gênero para uma forma mais igualitária e cooperativa.

“Um homem pra chamar de pai”:**A Experiência Viva e a Paternidade Idealizada**

A cultura como um dos elementos constituidores e organizadores do desenvolvimento humano através da história, tem um papel preponderante como fornecedora dos modos de perceber, pensar e organizar o mundo através do processo de constituição do sujeito. Estes se constituem fundamentalmente nas e pelas relações que por sua vez são mediadas por sistemas simbólicos que atribuem significado e sentido a experiência viva.

A visão de mundo para cada indivíduo é construída de acordo com as particularidades e singularidades de suas relações. No caso da população investigada, meninos/adolescentes em regime de abrigo, suas histórias são marcadas pela violência, negligência, privação e abandono, mas também por experiências de cuidados a partir do momento do abrigamento na Casa Lar.

Estes meninos mesmo tendo passado por situações de grandes privações expressam, através dos seus relatos, idéias de como se imaginam como pais. É possível identificar a presença de outras pessoas que parecem ter contribuído para a construção de suas concepções de paternidade, diferentes das experienciadas com seus homens/pais.

Conforme os conceitos de significado e sentido postulados por Vygotsky em sua teoria, as significações são construídas de forma singular de acordo com os fenômenos e experiências de quem os vivencia. São construídas a partir do processo dialético da constituição do sujeito que é ativo, num processo de interatividade, conforme aponta Siqueira (1997, p. 36).

Todos os meninos/adolescentes apontam, em suas experiências vividas, a presença de, pelo menos, um homem que pode ser chamado de pai, além do pai biológico. Isto suscita uma comparação com o modelo de pai idealizado, formulado a partir do pedido de que indicassem como achavam que um homem deveria ser para ser chamado de pai e como imaginavam que seriam como pais.

Na vida cotidiana são inúmeras as possibilidades de relação, afirma Siqueira (1997). Isto contribui para o surgimento de outras instâncias mediadoras, além daquelas do grupo familiar. A vizinhança, a escola e, no caso dos sujeitos entrevistados, a convivência em um abrigo, “inclui novas circunstâncias, como características sócio-econômicas diferentes das suas, bem como novos universos simbólicos, valores e representações diferentes dos do seu grupo de origem. De qualquer forma, elementos mediadores estão sempre presentes. (p.36).

É possível visualizar isto através do quadro abaixo onde são apresentados os relatos dos entrevistados, organizados de acordo com as categorias: **“Paternidade Vivenciada”** e **“Paternidade Idealizada”**:

Paternidade Vivenciada	Paternidade Idealizada
“O meu avô...foi legal. Eu gostava das histórias que ele contava de quando ele era pequeno, as coisas que ele fazia. Tem outro...o Jorge!!! Ele chega aqui, de vez em quando, conversa com a gente, dá bastante conselhos. Quando a gente faz alguma coisa de errado, ele tenta mostrar as consequências, dá uns conselhos. Ele já me deu conselhos... Um pai deve fazer isto”. (Ricardo)	“Ah! Dar educação, conselho, dar presente. ir nos lugares que o filho precisa, nas reuniões da escola por exemplo...Se acontecesse de eu ser pai eu ia...dar o melhor...poder estar em lugares quando ele precisar de mim...dar conselhos para ele quando ele precisar”. (Ricardo)

<p>“Ah! onde eu morei tinha uns vizinhos...na frente de onde nós morava. Ele tinha carro, trabalhava, ia trabalhar de carro, de manhã acordava cedo...trazia dinheiro...comprava as compras...batalhava lá...limpava o quintal dele...assim estas coisas o pai ...plantava...não bebia...não fazia as coisas que o meu pai faz”.(Everton)</p>	<p>“Eu acho que...um verdadeiro pai... contribui com a família...trabalhar...acordar de manhã, cedo...Eu queria...ser um pai mesmo...vou suar...vou atrás do meu dinheiro...ter um bom interesse de ficar com o meu filho...pelo carinho...pelo amor, pelo carinho, pela dedicação...ter atitude... falar pros filhos pra não fazer besteira.....vou fazer o serviço da casa, eu gosto de ajudar a família... vou lá arrumo o armário... lavo a louça...faço o café...o almoço” (Everton)</p>
<p>“O Jorge...ele é legal...ele faz o que é bom pra gente...umas coisa que eu faço de errado ele diz: não Lourival não é assim,ta errado isso, não deve fazer isso...ele me ajuda muito”.(Lourival)</p>	<p>“Saber respeitar o filho...as opiniões dele...vou ser legal...vou tentar ajudar ele...disciplinar ele de uma forma ideal...dar uma educação boa pra eles...aprendi com o Jorge. Se o filho está errado, puxar a orelha na hora certa...depois conversar”.(Lourival)</p>
<p>“O meu tio...irmão do meu pai... Ele é legal... ele sai a brincar com a gente...quando ele pega férias do serviço ele vai no campo brincar com nós...ele faz pipa...Às vezes...vou na casa dele. Eu vou nas férias...Lá é legal...ele anda de bicicleta.....aposta corrida comigo”.(Roberto)</p>	<p>“Tem que ser certo... acreditar na gente deixar o filho fazer o que gosta...ajudar a saber o que pode fazer e o que não pode...eu quero ser igual ao meu tio...quero dar o melhor pra eles, vou brincar com eles e quando eles fizerem coisa errada daí sim eu vou ficar brabo...vou ter que educar...ensinar...trabalhar...” (Roberto)</p>
<p>“Tem outro... o Jorge, Ele se preocupa comigo.uma vez que eu estava com febre ele me levou no médico..ele compartilha as coisas com nós ele conversa com nós .ele...se a gente está com alguma dificuldade ele vai lá e procura alguém pra ajudar...se a gente precisa de remédio ele vai lá e procura uma pessoa pra dar o remédio...ele é uma pessoa que cuida”. (João)</p>	<p>“É o pai trabalhar, e comprar o que é pro gasto do filho, Penso em ser pai sim...vou ver o que ele precisa na escola...se divertir com ele...compartilhar com ele... ajudar no que ele precisa na escola... fazer companhia pra ele...ajudar na educação dele, ser um pai mesmo.” (João)</p>

<p>“Conheço...o Jorge... pra mim ele é uma pessoa legal, tenta ajudar as pessoas...ele é um homem de Deus... ele pretende ter amor pretende ter paz...harmonia...pretende ter carinho pelas pessoas... Ele é legal, porque ...quando a gente faz uma coisa certa ele vai lá e diz: pô você fez uma coisa certa e eu gostei, continua assim que tu vai em frente.Quando é uma coisa errada ele vai lá e não deixa o momento passar...ele conversa...tem sua hora de carinho e tem sua hora de correção”.(Adalberto)</p>	<p>“Um homem pra ser chamado de pai...tem que... botar a cabeça no lugar...arranjar um trabalho, sustentar a sua família, cuidar dos seus filhos, dar amor né. Coisa mais importante é o amor que um pai pode ter a seu filho...se seu filho está sendo errado...tem que falar...se o filho ta sendo certo...falar... ter o momento de carinho de conversa...dar muito conselho...pretendo ter ao meu filho muita paz...muita segurança”. (Adalberto)</p>
--	---

Através das falas dos sujeitos, pode-se identificar que os temas presentes na paternidade vivenciada estão presentes também na paternidade idealizada, conforme descrito a seguir:

Ricardo expressa em sua fala os temas de “pai cuidador” e “pai disciplinador” relatando que o avô contava histórias e que Jorge, o administrador da casa lar, conversa, dá conselhos. Ao contar como imagina que será como pai, os mesmos temas estão presentes quando diz que vai dar conselhos e estar presente na vida dos filhos, indo às reuniões da escola, por exemplo.

Everton diz que lembra de um vizinho seu que trabalhava, trazia dinheiro para casa, ajudava nas tarefas domésticas como limpar o quintal e plantar referindo-se a temas como de “pai provedor” e pai doméstico”. Quando conta como imagina que será como pai, aborda os mesmos aspectos, isto é, vai trabalhar, vai suar, vai atrás do seu dinheiro e vai fazer o serviço da casa.

Lourival dá ênfase ao modelo de “pai disciplinador”, quando dá a entender, através de seu relato, que Jorge educa, orienta e ajuda a fazer o que é certo. Ao descrever como imagina que será como pai, diz que vai ajudar o filho, vai disciplinar.

Roberto relata que o tio é legal, brinca. Pensa em ser pai de um jeito certo e que vai brincar com os filhos, além de ensinar o que é certo. Seu relato denota a presença do modelo do “pai cuidador” e do “pai disciplinador”.

João conta que Jorge se preocupa com ele, que cuida dele quando está doente, levando ao médico e dando remédio. Acha que como pai vai trabalhar, compartilhar com o filho no sentido de estar perto e ajudar no que este precisar.

Adalberto expressa que Jorge é um homem que tem amor, carinho e que ensina o que é certo e o que é errado, descrevendo-o no modelo do “pai disciplinador” e “pai cuidador”. Como pai, imagina que vai dar amor e vai ensinar o certo e o errado aos filhos.

O grupo cultural ao qual pertence o indivíduo, fornece as formas de perceber e organizar o mundo real, sendo que estas constituem os instrumentos psicológicos que fazem a mediação entre ele e a realidade circundante, possibilitando a construção de representações mentais. Neste sentido, pode-se dizer que a idéia de pai pode “descolar-se” da figura do pai real para uma representação do que seja “ser pai” em uma outra pessoa, num determinado tempo e lugar.

O modelo de paternidade idealizada, expresso pelos entrevistados está relacionado com modelos de relações com homens, em um determinado momento de suas vidas, que ao “estarem lá” desempenhando o papel de pai, na hora em que estes precisaram foram mediadores do processo de internalização de novas formas de paternidade, pois “a qualidade de relação pai-filho, sua proximidade e afetividade podem torná-lo um modelo de identificação mais presente, e assim, induzir os filhos a imitá-los”. (Souza, 1994, p 78).

Considerações Finais

Tendo investigado como é que meninos, afastados de suas famílias e em regime de abrigo, idealizam-se como pais, reporto-me agora aos objetivos iniciais deste trabalho na tentativa de apresentar algumas respostas às questões de pesquisa, ciente de que toda construção de conhecimento é passível de questionamentos, é incompleta, provisória e, portanto, aberta a outras investigações.

Sendo assim, apresento reflexões como contribuição para o estudo sobre a paternidade idealizada por meninos/adolescentes, como também para a construção de novas formas de atuação na política de direitos da criança e do adolescente.

Meus pressupostos iniciais desta investigação eram de que tanto a figura materna como a figura paterna poderiam ocupar lugares semelhantes nas experiências da criança com o mundo, como mediadores, independente do sexo ao qual pertencem e que a construção de concepções/papéis/modelos de paternidade poderia estar relacionada com as experiências da vida cotidiana de meninos/adolescentes com homens que desempenhassem este papel.

Tive como propósito, no âmbito da pesquisa, a comparação entre a experiência cotidiana vivenciada com homens/pais e o pai que quer ser, a identificação dos elementos que contribuíram para isto e em que padrão social se ancora tais concepções.

A fim de que este trabalho possa ser concluído, é necessária uma rediscussão, em síntese, com uma retomada dos conceitos e dos resultados apresentados nos capítulos anteriores.

A partir do materialismo histórico e dialético dois importantes pensadores, os quais serviram de base para fundamentar esta investigação, desenvolveram suas teorias sobre a

constituição do sujeito: Vygotsky com sua perspectiva histórico cultural e Heller com seus postulados sobre a vida cotidiana e a história.

Como o pensamento de cada autor já foi apresentado, passarei a utilizar suas idéias, conforme minha compreensão, fazendo uso de seus conceitos como complementares entre si.

Cada um dos sujeitos entrevistados deu o seu depoimento sobre como tem sido sua vida cotidiana: sua história através da triangulação casa/rua/Casa Lar. De uma forma ou de outra sempre tiveram a sua volta adultos que desempenharam o papel de mediadores da cultura, ou seja, quaisquer que sejam as experiências vividas, nestas compreende-se sempre a presença de um mundo circundante – a cultura – disponível para novas apropriações.

A partir disto, apresento novamente o primeiro pressuposto formulado nesta investigação: – a mediação com o mundo independe do sexo ao qual pertence as figura parentais.

Para ingressar na cultura, isto é, no mundo humano, é necessário o desenvolvimento das funções tipicamente humanas. Para tal, basta conviver com outros indivíduos que desempenhem o papel de mediadores da/na vida cotidiana. No entanto, como dito anteriormente, numa alusão ao pensamento de Joan Scott, homens e mulheres se constituem através de relações recíprocas e assimétricas baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. O feminino e o masculino estão ligados à idéia de diferença e de desconstrução. Assim, homens e mulheres são necessariamente incluídos no mundo do masculino e do feminino de acordo com sexo ao qual pertencem, independentes do sexo do elemento mediador. É o sexo da criança que define a forma de mediação que irá se estabelecer nas relações. Desta forma, a categoria gênero está sempre presente de forma dialética através do discurso de cada época e de cada cultura.

É através dos signos disponíveis que é possível ao sujeito atribuir/internalizar significações ao/do mundo circundante. O ser humano no seu processo de constituição como sujeito da cultura ao mesmo tempo em que se constitui, produz novas formas de viver, modificando as próprias ferramentas disponíveis.

Historicamente as relações entre homens e mulheres foram sendo constituídas. Siqueira (1997) comenta como se estabeleceram interjogos que promoveram dicotomias, através da construção de normas e prescrições para o comportamento masculino e feminino. Estas engendraram estereótipos, freqüentemente rígidos condicionando os papéis sociais e circunscrevendo os sujeitos (homens e mulheres) a um raio de ação limitado.

Então é possível afirmar que a constituição do sujeito independe do sexo ao qual as figuras de mediação pertencem, pois estas se relacionam com algo mais complexo: os signos, pois cada indivíduo traz consigo toda a história de sua cultura e as significações construídas, ao longo desta, pelo/no seu grupo social.

Já a internalização de concepções de paternidade em meninos/adolescentes, de acordo com o que esta investigação mostra, está intimamente relacionada com a convivência com o próprio pai, seja pela presença ou pela ausência e também com outros homens que desempenham este papel, como pais substitutos. Isto quer dizer que a internalização de concepções de paternidade está intimamente relacionada com a convivência com pessoas do sexo masculino.

Eis o ponto central desta discussão!

O funcionamento psicológico se constitui a partir das relações entre sujeitos na vida cotidiana, através de mediações que possibilitam a internalização de significações. É a passagem do mundo interpsicológico para o mundo intrapsicológico, através da atividade social partilhada que, conforme nos mostra Zanella (2001), é um processo atrelado a fatores

como a competência e a confiança, imbricadas com os aspectos afetivos, cognitivos, sociais e econômicos.

Nesta investigação os meninos/adolescentes relatam que em suas histórias houve, de alguma maneira em suas vidas, a presença de homens que ao desempenharem o papel de pai, direta ou indiretamente, chamaram sua atenção.

Ao conviverem com homens que desempenham o papel de pai, seja em suas famílias, seja com outros homens, meninos e adolescentes podem ir “copiando” um jeito de ser um homem/pai, conforme suas escolhas individuais naquilo que elegem como importante. Querer ser “como estes homens são”, inicialmente é uma imitação que possibilita a apropriação do seu próprio lugar social nesta prática. Aprender a ser homem/pai com um homem que é identificado “como um pai deve ser”, subentende que aí existe uma relação segura e de confiança. Assim, estes modelos passam a ser internalizados e transformados em recursos pessoais.

Eis o signo agindo como um instrumento da atividade psicológica.

Oliveira (1997) diz que a interação social ocorre direta ou indiretamente com os membros da cultura e, através dos diversos elementos do ambiente, fornece a matéria-prima para o desenvolvimento psicológico.

Como já dito anteriormente, a interação entre sujeitos está estreitamente relacionada com a competência e a confiança. Ao se relacionarem com homens/pais mais competentes e confiantes, os sujeitos demonstraram, através de suas idealizações, que suas concepções de paternidade se construíram facilitadas por estes fatores.

É importante lembrar que o grupo de adultos que estava presente no cotidiano da Casa Lar era composto de um casal e seus três filhos, residentes no local, portanto presente diariamente na vida dos meninos/adolescentes abrigados. Por outro lado, havia também a

presença de outros que faziam parte da ONG que coordenava a instituição, dentre eles o administrador, referido por todos os sujeitos como “um homem que pode ser chamado de pai”. Outros homens são citados pelos sujeitos, como significativos em suas vidas, como o avô para Ricardo, o tio para Roberto, o irmão para Lourival, o cunhado para Adalberto e o vizinho para Everton. O curioso é que em nenhum momento o “casal social” foi mencionado, apesar de sua presença assídua no cotidiano da instituição.

Com isto é possível ilustrar como a construção de concepções de paternidade dependem de um processo onde estão imbricados um significado e um sentido. O significado é compreendido a partir dos sistemas de relações objetivas, compartilhadas por todos, formado no processo de desenvolvimento da palavra, enquanto que o sentido é aquilo que significa para cada menino/adolescente de acordo com suas vivências ao longo da vida e suas necessidades pessoais.

Pode-se perceber como cada um dos entrevistados expressou a sua própria visão de mundo, com suas particularidades e singularidades de suas relações. Isto quer dizer que ao mesmo tempo em que cada um está inserido em uma totalidade maior que é a cultura, é também um indivíduo único, singular, com sua própria identidade, personalidade, diferente dos demais. Suas famílias na tentativa de sobrevivência foram criando estratégias que “não deram certo”, chegando ao abandono e à negligência, que na verdade são situações criadas pelo próprio sistema que promove as diferenças sociais e a exclusão.

Ao serem afastados das suas famílias passaram a ser privados da sua convivência, sendo que trazem consigo uma história de vida internalizada, o que significa que correm o risco de repetirem as mesmas estratégias utilizadas por suas famílias e que não deram certo.

Por outro lado, a convivência na Casa Lar propiciou novas formas de mediação com outros homens que desempenham este papel e que, por sua vez, poderão contribuir para novas internalizações de paternidade.

O abrigo é uma medida de proteção que faz parte da política de direitos à criança e ao adolescente. Teoricamente é de caráter provisório e na medida do possível não deve ser longo, sendo que isto ainda não acontece no Brasil. As famílias que fazem parte desta população deveriam receber acompanhamento dentro de programas de políticas públicas de promoção de cidadania (educação e saúde, por exemplo) para que pudessem dar continuidade ao processo de desenvolvimento de seus filhos como cidadãos em potencial.

Isto quer dizer que a família aqui é compreendida como não sendo uma entidade abstrata nem universal, sendo composta por indivíduos que são capazes de encontrar saídas para suas dificuldades com recursos próprios. As famílias dos estratos populares têm potencialidades para participar do aumento da força de trabalho e principalmente do enriquecimento do sistema social. São agentes em potencial de transformação social, detendo as respostas para suas dificuldades.

Portanto o que existe são famílias, infâncias, adolescências e paternidades!

Badinter (1985) constatou que na relação mãe/filho o sentimento de maternidade não é universal nem natural. Com isto ela estabeleceu que a prática da “maternagem” é uma construção social e que os discursos que foram produzidos em torno dos cuidados da criança consolidaram a mulher como a personagem central da família nesta prática. Assim como a “maternagem” foi construída, foram também os sentimentos de infância/adolescência e, mais recentemente, estão sendo “as novas formas de paternidade”, com novos arranjos familiares e novas práticas dos homens/pais, como nos trabalhos de Siqueira (1997), Ubehaum (2000) e Gonçalves (2002).

Por outro lado, percebe-se que há uma divulgação e uma manutenção da prática dos cuidados das crianças na família, estruturalmente relacionadas ao tradicional modelo burguês, pelos meios de comunicação, distribuição de renda e responsabilidade pelos cuidados com as crianças delegados às mulheres, como em creches, escolas e abrigos.

Desta forma reapresento o questionamento central desta investigação: – a construção de concepções/papéis/modelos de paternidade podem estar relacionadas com as experiências vividas na vida cotidiana entre meninos/adolescentes e homens que desempenham este papel?

A atividade social partilhada com um ou mais homens que desempenhem o papel de pai no cotidiano de meninos/adolescentes, pode ser significativa sim, na construção de concepções de paternidade. De acordo com os relatos, os sujeitos entrevistados apontaram em seu cotidiano, em seu grupo de origem e na “Casa Lar”, figuras masculinas que desenvolviam atividades denominadas por eles como “coisas que um homem deve fazer para ser chamado de pai”. Com isto pode-se supor que a convivência com homens suportivos, sensíveis, estimuladores, responsivos aos sucessos e aos fracassos do cotidiano de meninos/adolescentes poderão vir a ser elementos constitutivos de concepções de paternidade mais equitativas. As formas de mediação interpsicológicas, que de início pertencem a um primeiro indivíduo, no caso o avô, um tio, um vizinho, um cunhado ou o administrador da Casa Lar, através da atividade social partilhada com os meninos/adolescentes, poderão se tornar novas formas de mediação intrapsicológicas destes com o mundo.

Zanella (2001) diz que a apropriação da cultura pelo sujeito é explicada, na concepção vigotskiana, pelo movimento entre as funções interpsicológicas e as funções intrapsicológicas, onde ambas caracterizam-se pelo fato de serem socialmente constituídas.

Ela ressalta que as características singulares de cada sujeito não são mera cópia do que socialmente está posto, visto que este ativamente participa da produção/socialização e apropriação das significações que circulam nos contextos sociais, imprimindo a essas, sentidos próprios que resultam da história familiar, das relações sociais e das experiências vivenciadas.

O modelo de homem/pai ao qual os meninos/adolescentes se referem como sendo aquele que consideram o ideal, está ancorado tanto no padrão de homem provedor/cuidador/protetor, presente nas classes dominantes, como também no modelo das chamadas “Novas Paternidades” com descrições de homens/pais próximos, carinhosos, cuidadores dos filhos e que se propõem a participar das tarefas da casa.

Pode-se supor que meninos/adolescentes em regime de abrigo com boas relações com homens/pais substitutos poderão ter maior probabilidade de desenvolver concepções de paternidade diferentes do modelo vivido em suas histórias. Poderão desenvolver novas formas de paternidade como homens mais próximos, afetivos e participativos num processo de evolução nos cuidados da prole e de novas formas de relações entre os sexos, tornando-se “homens que podem ser chamados de pai”, caso a política de direitos e de promoção de cidadania seja implantada de forma séria e contínua em nosso país.

É através das relações sociais que se constroem idéias, crenças, valores e concepções sobre um determinado assunto ou prática social. Uma relação como a da paternidade é estabelecida pela organização de uma sociedade, numa dimensão espaço-temporal, através de uma práxis que por sua vez tem um caráter semiótico.

A política de direitos da criança e do adolescente é uma iniciativa na construção e promoção de cidadania de grande valor, mas por si só não é o suficiente. Crianças e

adolescentes que se encontram afastados de suas famílias, por terem vivenciado situações caracterizadas como de risco, necessitam de figuras relacionais masculinas e femininas consistentes com atitudes de competência e confiança, em um lugar seguro e com possibilidades de crescimento e desenvolvimento, até que seja possível voltar para suas famílias de origem ou outra, desde que estas também sejam trabalhadas para tal.

Cuidar tem sido uma atividade predominantemente feminina em nossa cultura. Ubehaum (2000) diz que tanto homens como mulheres “cuidam”, uma vez que cuidar envolve responder às demandas particulares, concretas, físicas e emocionais de outra pessoa ou grupo de pessoas. Ela distingue esses cuidados desempenhados pelas mulheres que “cuidam de” (dos filhos, dos netos, dos velhos, dos doentes, da família, dos alunos), enquanto para os homens o “cuidado com” remete a preocupar-se com o trabalho, com a família, com a justiça ou injustiça, instituindo aí o seu valor moral.

A atividade de “cuidar com” refere-se às estruturas privadas, localizadas particularmente como suportivas da família, isto é, atividades profissionais como o magistério, enfermagem, psicologia e medicina. Desta forma fica fácil compreender porque muitas atividades femininas envolvem o cuidar, assim como é de fácil compreensão a escassez ou falta de profissionais do sexo masculino em atividades que envolvem esta prática em escolas, creches, alas pediátricas dos hospitais e em abrigos.

A tarefa do Estado é criar novas formas de mediação que tornem viável a promoção de cidadania. Os estratos populares são resultado da exploração que os fazem empobrecer cada vez mais, sendo que muitas vezes precisam abrir mão de seus filhos por não possuírem recursos suficientes para o seu desenvolvimento. Isto passa a gerar graves conflitos sociais no processo dialético de exclusão/inclusão, como o aumento da população de “meninos e meninas de rua”.

Indivíduos respeitados nas suas especificidades, conscientizados, organizados por si mesmos e articulados uns com os outros a favor de suas necessidades, podem ser construtores de uma democracia participativa, econômica e social. É através do percurso por entre teorias, pesquisas, ações, propostas políticas e instituições que se torna possível visualizar novas formas de viver a vida cotidiana, compatíveis com as transformações da dinâmica social e subjetividades humanas.

Referencial Bibliográfico

ARIÈS, P. (1981). A família e a cidade. In FIGUEIRA, S. & VELHO, G. (Orgs.). Família, psicologia e sociedade, (pp. 13-24). Rio de Janeiro: Campus.

_____. (1986). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 2ª edição.

ARILHA, M.(1999). Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In GIFFIN, S. & COSTA, S. (Orgs), Questões de saúde reprodutiva, (pp. 455-466). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz

BADINTER, E. (1985). Um amor conquistado. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 9ª edição.

BARDIN, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

BOCK, A. M. B. (2002). Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Editora Saraiva. 10ª edição.

CARVALHO, M. C. B. (Org) (1993). Cadernos de ação. Trabalhando Abrigos.3, Iee-Puc/SP - Cbia/SP.

CHODOROW, N. (1990). Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

CHAUÍ, M. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo; Cortez, 1993. Sexta edição.

CODO, W. & LANE, S. T. M.(orgs.). Psicologia Social. O homem em movimento, (pp. 99-124). São Paulo: Editora Brasiliense. 10ª edição.

CONNEL, R. W. (1997). La organizacion social de la masculinidad. In VALDÉS, T. y OLAVARRIA, J. (eds). Masculinidad/es. Poder y crisis, (pp. 31-48). Santiago: Ediciones de las Mujeres/ISIS Internacional e Flacso.

CORNEAU, G. (1995). Paternidade e masculinidade. In: S. Nolasco (org.), A desconstrução do masculino, (pp. 45-52). Rio de Janeiro: Rocco.

ENGELS, F. (1984). A origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo: Global. 3ª edição.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Lei Federal nº 8069, 13/07/90.

- FIGUEIRA, S. A. (1986). Uma nova família. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FONSECA, C. (1992). Honra, Humor e Relações de Gênero: Um Estudo de Caso. In: Costa, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, pp. 310-330. ;
- FOUCOULT, M. (1999). História da Loucura. São Paulo: Editora Perspectiva. 6ª edição.
- FULLER, N. (1998). La Constitución Social de la Identidad de Género Entre Varones Urbanos del Perú. In VALDES, T. E OLAVARIA, j. (1998). Masculinidades y Equidad de Género em América Latina. (pp. 56 –68). Santiago, Chile; FLACSO-Chile.
- GARCIA, S. M. (1998). Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In ARILHA, M., MEDRADO, B. & RIDENTI, S. (Orgs), Homens e Masculinidades: outras palavras, (pp. 31-51). São Paulo: ECCOS/ Editora 34.
- GONÇALVES, M. D. S. (2002). Homens com a Guarda dos Filhos: Sentimentos e Reorganizações do Cotidiano. Dissertação, Mestrado em Psicologia: Práticas Sociais e a Constituição do Sujeito. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GUEDES, S. P. L. C. (1996). Instituição e Sociedade: A trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville 1852-1971. Joinville: Movimento e Arte.
- HELLER, A. (2000). O Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra.
- HEILOBORN, M. P. & RIAL, M. L. (1998) Entrevista com Joan Scott. Estudos Feministas, 6 (1), 115-124.
- HOUAISS, A. E VILLAR, M. (2001) Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HURSTEL, F. (1999). As novas fronteiras da paternidade. Campinas: Papirus.
- IBGE (2000). Indicadores sociais: renda familiar. Consulta pela Internet
- INFESTA DOMINGUES, G. (1998). Varones Adolescentes: los significados de la paternidad en la transicion hacia los roles adultos. In BILAC, E. D. & ROCHA, M. I. B. (Orgs.). Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas, (pp. 237-260). Buenos Aires: Editora 34.
- LANE, S. T. M. & CODO W. (orgs). (1992). Psicologia Social: O Homem em Movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 10ª edição.
- LAMB, M. E. (1997). The Role or the Father in child development. New York: John Wiley & Sons.

- LYRA DA FONSECA, J. L. C. (1998). Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In Arilha, Margareth, Ridenti, Sandra G. U. & Medrado, Benedito (orgs.) Homens e Masculinidades: outras palavras. São Paulo: ECCOS/Editora 34, p. 185-214.
- _____ & Medrado, Benedito.(2000) Gênero e Paternidade nas Pesquisas Demográficas: o viés científico. Revista Estudos Feministas, 8 (1), 145-158.
- MARCILIO, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In FREITAS, M. C. (Org), História Social da Infância no Brasil, (pp. 51-76). São Paulo: Cortez Editora. 2º edição.
- MEDRADO, B. (1998). Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. Em M. Arilha, S. Ridenti & B. Medrado (orgs.). Homens e masculinidades: outras palavras, (pp. 145-161). São Paulo: ECOS/Editora 34.
- _____ & LYRA, J. L. C. (1999). A Adolescência “Desprevenida” e a Paternidade na Adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: Schor, Nélia, Mota, Maria do Socorro F. T. & Branco, Viviane C. (orgs). Cadernos Juventude, saúde e desenvolvimento / Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, p. 230-48.
- MEDRADO, B., LYRA, J., GALVÃO, K. & NASCIMENTO, P. (2000). Homens Por quê? Uma leitura da masculinidade a partir de um enfoque de gênero. Perspectiva em Saúde e Direitos Reprodutivos, 3 (2), 12-16.
- MERCADANTE, C. Filhos do Coração: O Comportamento de Apego em Crianças Adotivas, São Paulo: Dissertação de Mestrado, PUCSP.
- MINAYO, M. C. de S. (2000). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco. 7ª edição.
- MORGAN, L. H. (1987). A família antiga. In: CANEVACCI, M. (Org). Dialética da família, (pp.54-70). São Paulo: Editora Brasiliense. 5ª edição.
- NOLASCO, S. (1995). A Desconstrução do Masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. Em S. Nolasco (org.). A Desconstrução do Masculino, (pp. 15-29). Rio de Janeiro: Rocco.
- OLIVEIRA, M. K. (1997). Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo histórico. São Paulo: Scipioni.
- ONU. Organizações das Nações Unidas.(1996). Conferência Mundial sobre a Mulher, 4/ONU. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

- PERROT, M. (1991). Figuras e papéis. In PERROT, M. (Org) História da vida privada, 4: da revolução francesa à primeira guerra, (pp. 121-186). São Paulo: Companhia das Letras.
- PERSEVAL, G. D. (1986) A Parte do Pai. Porto Alegre: L & PM.
- PINO, A. (1996). Constituição e Modos de Significação do Sujeito no Contexto da Pré-Escola. Em PEDROSA, M. I. (Org.). Coletâneas da ANPEPP. Investigação da Criança em Interação Social (V.1.4). Recife: Ed. Universitária/UFPE.
- REGO, T. C. (1995). Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- ROSA, E. Z. (2003). Da Rua para a Cidadania: a construção de sentidos na construção da travessia. In: Orzella, Sérgio (org). Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. (pp. 167-202). São Paulo: Cortez
- RESENDE, A.L.M. de & ALONSO, I. L. K. (1995).) Perfil do Pai Cuidador. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. 5 (1/2), pp. 66-81.
- REIS, J. R. T. (1992). Família emoção e ideologia. In: CODO, W. & LANE, S. T. M.(orgs.). Psicologia Social. O homem em movimento, (pp. 99-124). São Paulo: Editora Brasiliense. 10ª edição.
- SAWAIA, B. B. (org.). (1999). As Artimanhas da Exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, Vozes.
- SIQUEIRA, M.J.T. (1997). A construção do sujeito e divisão sexual do trabalho na família. Análise do caso de um homem dono-de-casa. Tese, Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, R. M. (1994). Paternidade em transformação: o pai singular e sua família. Tese, Doutorado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- TEIXEIRA, L. C. Sentido (2003). Subjetivo da Exploração Sexual para Uma Adolescente Prostituta. In: Orzella, Sérgio (org). Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. (pp.105-136). São Paulo: Cortez.
- TRINDADE, Z. A. (1998). Concepções de Maternidade e Paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII. Em L. Souza, M. F. Q. Freitas, M. M. P. Rodrigues. Psicologia: reflexões (im) pertinentes. (pp. 129-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- UBEHAUM, S. G. (2000). Experiência Masculina da Paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens de camadas médias. Dissertação de Mestrado Não Publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- VILLA, A. M.(1999). Sexualidad, Reproducciony Paternidad: una introduccion al analisis de la demanda social en las relaciones de genero. In MARQUES DA SILVA, D. P.(org). Novos Contornos no Espaço Social: Gênero, Geração e Etnia. (pp. 7-22). Rio de Janeiro, UERJ,NAPE.
- VIVEROS, M. (1998) Decisiones reproductivas y dinámicas conjugales. El caso de la elección de la esterilización masculina. (pp. 146-157). In: VALDÉS, T. & OLAVARIA, T. Masculinidades y equidad de género en América Latina. (pp.55-58). Santiago, Chile: Flacso.
- VYGOTSKY, L.S. (1991). A formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes. 4ª edição.
- WEBER, L. N. D. (1996) Filhos da solidão.Institucionalização abandono e adoção. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.
- ZANELLA, A.V.(2001). Vygotski: contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Itajaí: Editora Univali, 2001.

Anexos

Roteiro de Entrevista

1. O que aconteceu em sua vida que fez você vir para cá?
2. Você conhece sua família? Como ela é?
3. Você tem/teve pai, ou alguém no lugar dele (padrasto, tio, avô, amigo da família, etc.)?
4. Qual a sua opinião sobre ele?
5. O que você acha do jeito dele ser com você?
6. Ele pode (ou não) ser chamado de pai? O que ele faz para você que o faz ser visto/pensado assim?
7. O que um homem precisa ter/fazer para ser considerado um verdadeiro pai?
8. Você conhece ou já viu/ouviu falar de alguém assim? Quem? Onde? Quando?
9. Você pensa em ser pai um dia, ter seus próprios filhos?
10. O que faz você ter esta vontade?
11. Como você imagina que vai ser como pai? Como você vai ser com seus filhos?
12. Que coisas você não vai fazer nunca com/para seus filhos?

Roteiro do Grupo Focal

1. Ser pai é...
2. Uma outra pessoa, não o pai ou aquele que está no lugar dele, pode ser vista como modelo de pai.
3. Um homem para ser chamado de verdadeiro pai é aquele que...
4. A vontade de ser pai um dia.